



Tânia Filipa Vargas Santos

O conflito Israelo-Árabe e os problemas da água: Da escassez ao conflito

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, na especialidade de Estudos da Paz e Segurança, apresentada à
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre
Coimbra, 2013



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Tânia Filipa Vargas Santos

O conflito Israelo-Árabe e os problemas da água:

Da escassez ao conflito

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, na especialidade de Estudos da Paz e
Segurança, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do
grau de Mestre

Orientadora: Prof. Doutora Daniela Nascimento

Coimbra, 2013

Imagem da capa disponível em

Live Better (2007) "A World-Wide Water Shortage",
http://livebettermagazine.com/eng/magazine/article_detail.lasso?id=21&session=user_pref:42F947961d9df34905nxpt32434F [6 de Julho de 2013].

Resumo

A relação entre recursos hídricos e conflitualidade tem vindo a ser debatida desde há bastante tempo, tendo ganho importância no pós-guerra fria. Com mais ou menos validade, a relação entre escassez de água e conflito ganhou relevância na área das Relações Internacionais, sendo, atualmente, alvo de análise através de diferentes perspetivas. Combinando a questão da água com o Médio-Oriente que sofre bastante com escassez hídrica, obtemos um estudo de caso bastante interessante e adequado aos atuais novos desafios globais. O objetivo deste estudo é, então, explicitar de que forma a escassez hídrica tem influenciado o conflito Israelo-Árabe, especificamente as dinâmicas entre Israel, Palestina, Síria e Egito. Pretende-se demonstrar, através da teoria da privação relativa de Thomas Homer-Dixon, que a escassez de recursos hídricos potencia o conflito no sentido em que a privação sentida pela população dos Estados mencionados em relação aos seus vizinhos potencia dinâmicas de violência, quando a estrutura política assim o permite ao dar liberdade e abertura para essa mesma violência por incapacidade ou falta de vontade, o que, em conjunto com outros fatores económicos, sociais e políticos, contribui para uma escalada do conflito.

Esta dissertação discorre ainda sobre o possível futuro das relações: cooperação e conflito, apresentando-se cenários e soluções, cenários estes que trazem diversos desafios ao *status quo* das relações políticas e diplomáticas entre Israel, Palestina, Síria e Egito.

Palavras-chave: Israel, Palestina, Síria, Egito, recursos hídricos, água, *stress* hídrico, privação, conflito.

Abstract

The relationship between the scarcity of water resources and conflict has been debated for quite some time, gaining importance in the post-Cold War. With more or less validity, the relationship between water and conflict gained prominence in the field of International Relations, and is currently being analyzed through different perspectives. Combining water issues with a region like Middle East which is suffering deeply with water scarcity, we get a quite interesting appropriated case study to the current global challenges.

The goal of this study is to explain how water scarcity affects the Arab-Israeli conflict, specifically the dynamics between Israel, Palestine, Syria and Egypt. Drawing from the theory of relative deprivation developed by Thomas Homer-Dixon, we intend to demonstrate that the scarcity of water resources enhances the conflict. This is a result of the way in which deprivation is perceived by the populations in comparison to its neighbors thus leading to violence, when political inability or unwillingness to control it, allows the freedom and openness for such violence. Together with other economic factors, social and political, all those combined factors lead to an escalation of the conflict.

The thesis also examines the possible future of cooperation and conflict in this region, presenting solutions and scenarios which will bring many challenges to the *status quo* of political and diplomatic relations between Israel, Palestine, Syria and Egypt.

Keywords: Israel, Palestine, Syria, Egypt, water resources, water, water stress, deprivation, conflict.

Agradecimentos

Não só de investigação e escrita se desenvolve uma tese de mestrado. É necessária paciência, amizade, companheirismo, confiança e toda uma outra panóplia de bons sentimentos para que uma ideia se transforme em algo mais. Finalizada esta fase da minha vida, não posso deixar de agradecer a todos que fizeram que isso fosse possível.

O meu muito obrigada:

À minha orientadora, a Professora Doutora Daniela Nascimento, pela troca de ideias, pela grande disponibilidade e compreensão que sempre a caracterizou durante este período de tempo.

Às Professoras Doutoras Maria Raquel Freire, Paula Duarte Lopes e Elsa Lechner pelo apoio moral e académico.

A todo o núcleo de Relações Internacionais cujo esforço e sabedoria tornou possível a minha chegada a esta fase.

À minha mãe, Custódia Vargas, por todo o carinho e apoio nas horas difíceis.

Ao Ricardo Lopes, por toda a força, paciência e muitas horas de motivação.

À Telma Vargas, por ter estado sempre do meu lado.

À Mariana Figueiredo, Patrícia Machado, Adriana Marques, Sofia Seabra, Rute Barros, João Tavares, João Carreira, Isabel Mendes, Magda Pedro e Diana Campos pela boa disposição e por sempre terem acreditado em mim.

Aos meus colegas do Mestrado em Relações Internacionais 2011-2013, por me terem incentivado a ir sempre mais além, tanto profissional como pessoalmente.

Finalmente, mas não menos importante, a toda a minha família, colegas da licenciatura em Relações Internacionais e amigos que direta ou indiretamente contribuíram para a boa execução deste trabalho.

Lista de Acrónimos

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

EUA – Estados Unidos da América

MCM – Milhões de Metros Cúbicos (*Million Cubic Meters*)

NATO – Organização do tratado do Atlântico Norte (*North Atlantic Treaty Organization*)

OLP – Organização para a libertação da Palestina

ONU – Organização das Nações Unidas

UNISPAL – Seminário das Nações Unidas para a Assistência do povo palestino (*United Nations Seminar on Assistance to Palestinian People*)

UNWWAP - Programa Mundial das Nações Unidas para Avaliação da Água (*United Nations World Water Assessment Programme*)

Sumário

Introdução	1
Estado da Arte.....	4
Conceitos operacionais.....	7
Capítulo 1 – Enquadramento teórico e conceptual: Privação relativa e o estado dos recursos hídricos no Médio-Oriente	9
1.1 Teoria da Privação Relativa.....	9
1.2 A escassez ambiental e consequente escassez hídrica.....	15
1.3 Estado dos recursos hídricos no Médio-Oriente e respetiva ligação com a política externa das partes	17
Capítulo 2 – Mudança no conflito Israelo-Árabe pós-1956: o conflito e os recursos hídricos	23
2.1 Desde a ‘Guerra do Suez’ (1956) até à ‘Guerra dos seis dias’ (1967) e a perceção da importância dos recursos hídricos.....	23
2.2 ‘Guerra do Desgaste’ (1968 – 1970) e o problema da península de Sinai	29
2.3 ‘Guerra do Yom Kippur’ (1973) e respetiva relação com recursos hídricos.....	31
2.4 A Intifada de 1987 e os acordos de Oslo (I e II): o nascimento de políticas hídricas vinculativas	35
2.5 De 1995 até aos dias de hoje: o estado dos recursos hídricos.....	39
Capítulo 3 – A importância dos recursos hídricos e a sua influência no Médio-Oriente.....	43
3.1. As relações Israel-Egito, Síria e Palestina em relação aos recursos hídricos.....	43

3.1.1 - Egito.....	43
3.1.2 – Síria	45
4.1.3 – Palestina	47
3.2. O futuro das relações: cooperação ou conflito? – Cenários e Soluções	52
Bibliografia.....	66
Anexos	76

Introdução

O conflito Israelo-Árabe é um conflito com raízes muito antigas que foi ganhando crescente relevância em termos geoestratégicos. Foi em 1948 que este conflito se acentuou com a criação do Estado de Israel, após aprovação na Organização das Nações Unidas (ONU) e oposição por parte dos Estados árabes na região (ONU, 2008: 10). No entanto, o foco da questão que se irá desenvolver nesta dissertação apenas irá ter Israel, Palestina, Síria e Egito como atores principais. Também o papel dos recursos hídricos no relacionamento entre estes países tem vindo a ser analisado com mais atenção. Em termos geográficos, trata-se de uma questão flagrante no Médio-Oriente, principalmente para as partes em análise nesta dissertação: Israel, Palestina, Egito e Síria, que se encontram em situação de conflito. O *Center for Strategic and International Studies* (2010) prevê que a água se tornará num dos assuntos dominantes nos próximos anos, em termos de conflito no Médio-Oriente.

Os recursos hídricos tornaram-se então um assunto de grande importância na política interna, mas principalmente na política externa das várias partes. As discrepâncias na distribuição dos recursos hídricos são enormes entre estes países, o que leva a consequências negativas em relação ao conflito já existente. Para compreender a questão acima explicitada é necessário um ponto de partida, ponto esse que se traduz na seguinte pergunta “De que modo os recursos hídricos potenciam e influenciam o conflito Israelo-Árabe?”. É importante sublinhar que nesta dissertação não se tomará a escassez de recursos hídricos como uma das causas diretas e exclusivas do conflito Israelo-Árabe, mas sim como um fator que leva ao potenciamento e perpetuação do conflito e da violência existente. O argumento

utilizado será o de que os recursos hídricos intensificam o conflito devido ao facto desses mesmos recursos, ainda que importantes, serem escassos na região e de existir uma discrepância na sua distribuição que favorece Israel em detrimento das três outras partes, tanto em relação à história das relações entre os Estados como em relação à situação atual. No entanto, os recursos hídricos por si só não levam à escalada do conflito. Para tal, é necessário que outros fatores políticos, económicos e sociais estejam envolvidos e, nesse sentido, também estes serão desenvolvidos ao longo desta dissertação.

É importante explicar que quando se fala em conflito nesta dissertação, a autora não se limita apenas à definição mais tradicional: disputa armada e batalha direta. Podem tomar-se então diferentes categorias para descrever um conflito, no que diz respeito à água: o controlo/retenção de recursos hídricos na sua fonte/nascente por um Estado; impedimento de obtenção de iguais recursos hídricos, perpetuado por um Estado contra outro(s); ataque a infraestruturas hídricas ou uso da água como arma durante ações militares; manipulação da alocação de recursos hídricos por motivos políticos; desenvolvimento de disputas onde a água é fonte de desentendimento no contexto de desenvolvimento económico e social; entre outros (Sandford e Axworthy, 2012: 11-12).

A escolha dos países analisados prende-se com a importância que estes têm no conflito Israelo-Árabe, levando a que esta importância seja espelhada na análise efetuada. Todos os Estados partilham algum tipo de recurso hídrico entre si, como por exemplo a bacia hidrográfica do Jordão (partilhado por todos exceto o Egito) ou o

*Coastal Aquifer*¹ (partilhado por todos exceto Síria). Dada a importância que os recursos têm para os Estados envolvidos (fazendo parte, frequentemente, das negociações entre estes, como irá ser desenvolvido nesta dissertação), estes são relevantes para e influenciam a forma de agir dos países a serem analisados nesta dissertação.

A pesquisa para esta tese baseia-se em diversos documentos tais como fontes oficiais dos diversos países envolvidos (Israel, Síria, Palestina e Egito) e também de países terceiros; artigos científicos sobre as diversas partes do estudo de caso a ser analisadas e sobre a teoria; artigos jornalísticos e de opinião; relatórios da ONU e outras agências; outros relevantes para o estudo. O método de pesquisa foi misto (qualitativo e quantitativo). Procurou-se, com esta vasta informação, dar ao leitor uma visão global e imparcial dos problemas que influenciam o *status quo* das relações e ações dos países aqui analisados. Pressupôs-se, desde o início do estudo, que a questão da água tem influência na forma como Síria, Egito, Israel e Palestina agem internamente e externamente. Pressupôs-se ainda, que na maior parte das vezes, a influência é negativa, devido à história dos países mencionados.

Assim, o primeiro capítulo desta dissertação explicará a teoria da privação relativa e de que forma esta se encaixa no conflito Israelo-Árabe e os problemas da água. O segundo capítulo ligará a história das relações destes países com a importância que a água detém na sua forma de agir. Por fim, o terceiro capítulo irá incidir sobre o estado atual das relações entre os países em relação à água e sobre diversos cenários que poderão desenvolver-se no futuro, também em relação a estas mesmas relações.

¹ Aquífero Costal

Estado da Arte

Muito já tem sido escrito sobre esta temática. No entanto, apenas no-pós guerra fria se vão começar a analisar as conexões entre água e conflito (Burgess, Owen e Sinha, 2009: 1). Existe uma significativa diversidade de assuntos que encaixam na questão dos recursos hídricos no Médio-Oriente, seja em termos de cooperação ou conflito.

Em primeiro lugar, é necessário começar por definir o que é escassez de recursos hídricos. Fala-se em escassez de água quando a quantidade de recursos hídricos disponíveis por pessoa (ou seja, *per capita*) é mais baixa que 1000m³ anuais (Brown e Matlock, 2011: 1), de acordo com os indicadores desenvolvidos por Malin Falkenmark². Estes indicadores, que serão desenvolvidos no primeiro capítulo desta dissertação, são aqueles mais largamente aceites em pesquisas relacionadas com esta temática. Nesta dissertação, a escassez de recursos hídricos vai também influenciar as tentativas de apropriação de diversos recursos pertencentes aos Estados opostos neste caso, significando que a apropriação pode ser com fins domésticos (tal como o consumo de água para cozinhar ou duche), fins agrícolas (irrigação de campos agrícolas), industriais ou comerciais (passagem de navios por canais ou acesso ao mar). Existem quatro abordagens dentro da literatura que tratam a relação dos Estados no que diz respeito à água. Duas delas defendem a ligação entre água e conflito, uma delas defende uma linha moderada entre conflito e cooperação e a restante defende a ligação entre água e cooperação (Burgess, Owen e Sinha, 2009: 1).

² Especialista em recursos hídricos e conselheira científica sénior no *Stockholm International Water Institute*.

A primeira abordagem surge em 1993, através de Peter Gleick. O autor defende que a água, principalmente se esta for uma fonte de poder económico ou político, pode levar a que seja o objetivo final ou um instrumento num conflito entre Estados, podendo ser usada para fins defensivos ou ofensivos (Burgess, Owen e Sinha, 2009: 2). A posição do autor é que a má distribuição de água combinada com o crescimento da população e com o desenvolvimento do Estado pode levar à escassez de água, levando a que exista a possibilidade de conflito. O autor afirma ainda que onde existe escassez de água, poderá vir a existir uma competição por recursos hídricos, levando a que esta questão possa ser tomada como um assunto de segurança nacional (Burgess, Owen e Sinha, 2009: 2).

A segunda abordagem dentro desta temática é a liderada por Homer-Dixon, cuja teoria será analisada e servirá de enquadramento ao longo desta dissertação (Burgess, Owen e Sinha, 2009: 3 e Homer-Dixon e Blitt, 1998: 226). Em termos mais específicos (enquadrados na situação da região a analisar – Médio-Oriente) existem diversas opiniões. Jon Alterman e Michael Dziuban defendem que a escassez de recursos hídricos, é, de facto, uma ameaça à estabilidade do Médio-Oriente. Os autores afirmam que a diminuição dos recursos hídricos na zona leva a desafios imediatos, e que a água tem sido usada como arma política. Referem que a água é o *“true game-changer in Middle Eastern politics³”* (Alterman, Jon e Dziuban, Michael, 2011: 7-9), aludindo ao facto de que esta age como influência na política externa dos países do Médio-Oriente. Os autores afirmam ainda que, embora tenha surgido uma vasta bibliografia sobre o assunto nos anos oitenta e noventa, nenhuma guerra é apenas sobre a água, mas sim que esta pode desempenhar um papel relevante no

³ “O verdadeiro elemento de mudança nas políticas do Médio-Oriente”. Tradução da autora.

conflito (Alterman, Jon e Dziuban, Michael, 2011: 11), indo de encontro ao argumento a ser defendido nesta dissertação. No mesmo sentido, Hannu Juusola afirma que a água não é uma causa direta do conflito no Médio-Oriente, mas sim uma das inúmeras questões que agravam esse mesmo conflito. O autor refere ainda que embora atualmente isso não aconteça, no futuro a água pode vir a ser uma das causas diretas do conflito no Médio-Oriente devido a diversos fatores como mudanças climáticas, aumento da escassez hídrica, entre outros (Juusola, 2012).

Com um papel intermédio entre as escolas que defendem que os recursos hídricos podem levar ao conflito e as escolas que defendem que a água é mais propícia à cooperação, temos a abordagem proposta por Nils Petter Gleditsch. O autor defende que países que partilhem recursos hídricos e que tenham já um passado de disputa militar têm mais tendência a entrar em conflito. No entanto, se não existir este passado, é pouco provável que exista um conflito (Burgess, Owen e Sinha, 2009: 5). O autor afirma ainda que se a partilha se der sobre recursos hídricos na mesma bacia hidrográfica (atravessando fronteiras dos países envolvidos) é mais provável existir um conflito do que no caso da partilha se dar sobre um rio que sirva de fronteira entre as partes abrangidas (e que, como tal, não atravesse os países, podendo-se desenvolver relações de cooperação). O primeiro cenário poderia levar a conflito como já indicado e o segundo cenário poderia levar a escassez, mas com cooperação entre as partes (Burgess, Owen e Sinha, 2009: 5).

No que diz respeito à escola que defende o papel da água como conciliador e não como conflituoso, temos a escola de Aaron Wolf (Burgess, Owen e Sinha, 2009: 4). Aaron Wolf defende que a existência de escassez de recursos hídricos leva a que exista

uma necessidade de criar instituições e infraestruturas que ajudem a minorar o impacto dessa mesma escassez. Quando a escassez afeta dois ou mais Estados, esta criação de infraestruturas e instituições vai “obrigar” a que exista uma cooperação entre as partes, de modo a diminuir os efeitos do problema (Burgess, Owen e Sinha, 2009: 4). Wolf afirma que os Estados são capazes de se adaptar e absorver as mudanças causadas pela escassez de recursos hídricos, levando a que não exista a necessidade de competir por esses mesmos recursos. Wolf defende ainda que, embora a água afete a estabilidade da região, não existe uma correlação direta entre esta e o aparecimento de um conflito (Burgess, Owen e Sinha, 2009: 4). Jan Selby argumenta que a água é motivo de cooperação, contrariando os diversos autores que admitem os recursos hídricos como fonte de conflito. O autor afirma que a água não é nem deve ser usada como uma arma relevante no contexto geopolítico e geoestratégico do Médio-Oriente. O autor refere que os problemas em relação à água devem ser analisados numa perspectiva económica e social, apenas e só. Selby conclui que são as dinâmicas intra e inter-estatais que potenciam um conflito e não a água (Selby, 2005: 329-331). Jesse Hamner não é tão radical em relação à relevância dos recursos hídricos. O autor considera a água um recurso estratégico, no entanto rejeita a proposta de que os recursos hídricos levam ao conflito armado, chegando a afirmar que nenhuma guerra, até ao presente dia, foi iniciada pela disputa sobre estes recursos (Wolf, Aaron e Hamner, Jesse, 2000: 55-59).

Conceitos operacionais

Para compreender o essencial desta questão é necessário definir conceitos. Os aqui apresentados pesam no dia-a-dia da gestão da água e sua utilização, sendo relevantes

para a presente dissertação. Em primeiro lugar, é necessário explicitar o que são recursos hídricos. Deste modo, entende-se por recursos hídricos a quantidade de água doce disponível à sobrevivência do ser humano. Esses recursos incluem rios, lagos, aquíferos, canais, nascentes, entre outros (Júnior, 2004: 3-4). Considerando que os recursos hídricos a serem analisados fazem parte de uma bacia hidrográfica, e considerando a relevância deste termo na dissertação, é necessário definir o conceito. Assim sendo, bacias hidrográficas correspondem à área geográfica contida dentro dos limites de um sistema de canais, riachos e rios que convergem para o mesmo ponto, geralmente o mar ou outro recurso hídrico, que podem ser partilhados por dois ou mais países (Comprehensive Assessment of Water Management in Agriculture, 2007: 587). Um outro conceito importante é o conceito de aquífero. Aquíferos são uma camada de rocha ou areia, ambas subterrâneas, que armazena água. A água subterrânea preenche os espaços entre os grãos de areia e o cascalho ou entre as fissuras na rocha, podendo, também, ser partilhado por dois ou mais países (Southwest Florida Water Management District, s.d.). Estes dois conceitos são relevantes pois explicitam a dimensão dos recursos hídricos envolvidos na disputa entre Israel, Síria, Egito e Palestina. Também é relevante referir que irá ser utilizada a expressão metro cúbico de água diversas vezes nesta dissertação. Um metro cúbico equivale a mil litros de água. Por fim, o conceito de *per capita*, que significa por cabeça/pessoa. Estes dois conceitos serão empregados conjuntamente em diversas explicitações sobre o assunto da dissertação.

Capítulo 1 – Enquadramento teórico e conceptual: Privação relativa e o estado dos recursos hídricos no Médio-Oriente

1.1 Teoria da Privação Relativa

No livro *Ecoviolence: Links among environment, population and security* (1998), Thomas Homer-Dixon⁴ e Jessica Blitt⁵ analisam a chamada Teoria da Privação Relativa. Embora esta teoria já tivesse sido desenvolvida e analisada anteriormente por outros teóricos, nomeadamente Robert K. Merton (o principal mentor da teoria) na área da Sociologia (Merton, 1968), é através destes autores que esta se vai enquadrando e entrando progressivamente nas Relações Internacionais, ligando questões ambientais, Estados/grupos étnicos ou religiosos e questões que dizem respeito a conflitos e desenvolver as relações entre estes. Desde então, a teoria tem sido desenvolvida por outros autores ligados à área tais como Luis Soczka, que na mesma linha que Homer-Dixon, defende que a escassez ambiental ajuda a perpetuar conflitos e falta de estabilidade (Soczka, 2008: 136). O autor vai analisar o conceito de ecoviolência (também já utilizado por Homer-Dixon) e defini-la como o tipo de violência perpetuada pela escassez de recursos, sendo grupos com algum tipo de laço (seja ele cultural, étnico, religioso ou outros) que vão desenvolver essa mesma violência. Luis Soczka afirma que a dinâmica referente aos conflitos internacionais é desenvolvida nos mesmos moldes (Soczka, 2008: 139). O seu foco vai ser a água, referindo que “Sem o petróleo vive-se pior ou diferentemente, mas vive-se. Sem água doce não” (Soczka, 2008: 135-136). Afirma ainda que a água sempre foi motivo para o desenvolvimento

⁴ Teórico e autor de diversos livros como *The upside of down*, *The Ingenuity Gap*, entre outros. Professor na *Balsillie School of International Affairs* em Toronto.

⁵ Conselheira de *public affairs* e *advocacy* no Governo do Canadá.

de tensões ao longo da história, podendo levar a conflitos intra e inter-estatais devido ao seu fator de indispensabilidade, não só ao nível de quantidade mas também ao nível da sua qualidade. Por fim, este autor afirma que os países do norte de África e do Médio-Oriente são mais suscetíveis à escassez de água e seus efeitos nas relações entre os Estados, pois lidam mal com a falta de recursos hídricos (Soczka, 2008: 139-140). Jon Barnett e W. Neil Adger afirmam que a escassez ambiental pode levar a situações de insegurança e conflito, sublinhando quatro pontos: em primeiro, afirmam que a escassez de recursos pode pôr em causa a segurança da população; em segundo, referem que essa mesma insegurança pode levar a um conflito violento; em terceiro, desenvolvem que a escassez ambiental pode levar a que os Estados percam capacidade de promover segurança e paz e finalmente, no quarto ponto, os autores argumentam que a junção dos três fatores anteriores aumenta o risco do desenvolvimento de um conflito violento (Barnett e Adger, 2007: 640); Os autores referem que o impacto da escassez ambiental pode ser bastante profundo, pois as questões ambientais já haviam trazido anteriormente problemas sociais e políticos. Afirmam ainda que se estas questões ambientais se desenvolverem em sociedades em *stress* (ou seja, com problemas de vários tipos tais como económicos ou políticos) o resultado poderá ser a insegurança e o conflito (Barnett e Adger, 2007: 640-646). Os autores defendem, por fim, no artigo *Climate change, human security and violent conflict* que existe um paralelo entre o estudo das questões ambientais e das questões referentes ao conflito violento pois estas estão interligadas, podendo-se falar em insegurança ambiental (Barnett e Adger, 2007: 648); Por sua vez, Nils Petter Gleditsch e Henrik Urdal argumentam que a escassez de recursos produz efeitos sociais que, conseqüentemente, podem levar ao conflito (Gleditsch e Urdal, 2002: 286). Os dois

autores analisam que tipo de recursos podem então levar ao conflito, afirmando, tal como Homer-Dixon, que são os recursos ligados à produção de comida, tais como a água. Defendem ainda que a disponibilidade destes recursos determina o bem-estar humano e que a falta destes pode levar ao desenvolvimento e perpetuação de um conflito violento (Gleditsch e Urdal, 2002: 285). Tal como Homer-Dixon, desenvolvem a teoria de que a escassez ambiental, em conjunto com outros fatores (económicos, sociais ou políticos), pode traduzir-se num conflito. Os autores afirmam ainda que a teoria do Homer-Dixon teve um impacto significativo nas questões relativas ao conflito ambiental, desenvolvendo problemáticas de uma forma efetiva (Gleditsch e Urdal, 2002: 297). No entanto, e servindo como fator de distinção entre os autores referidos (Gleditsch e Urdal) e Homer-Dixon, os autores não admitem que a falha da estrutura política em dar ou não liberdade à população para se expressar pacificamente influencie o conflito. Os autores afirmam que bastam as condições sociais para o rebentar de um conflito estarem reunidas, independentemente da estrutura política tomar parte ou não. Finalmente, Richard Matthew também desenvolve as conexões entre escassez ambiental e conflito, afirmando que em Estados já propensos ao conflito, a escassez ambiental pode servir como rastilho para o desenvolvimento (e respetiva perpetuação) de um conflito violento (Matthew, 2002: 237). Matthew defende, tal como Homer-Dixon, que a escassez ambiental por si só não faz rebentar um conflito e que são necessários outros fatores políticos, económicos e sociais para que tal aconteça (Matthew, 2002: 244). No entanto, argumenta que a junção destes fatores com a escassez ambiental pode não ser suficiente para a análise adequada do conflito. Por vezes é necessário que existam problemas históricos estruturais (tais como a colonização) e que estes sejam analisados para que um conflito seja

totalmente compreendido, distanciando-se assim dos pressupostos de Homer-Dixon (Matthew, 2002: 246).

Esta abordagem teórica pressupõe, então, que a escassez ambiental, ainda que indiretamente e em conjunto com outros fatores políticos, económicos e sociais, contribui para o desenvolvimento de conflito e instabilidade. O argumento por detrás desta proposta é o de que a escassez de um determinado recurso ajuda a exacerbar conflitos já existentes, levando a que as ligações entre escassez ambiental e violência sejam bastante complexas (Glenditsch e Urdal, 2002: 283-284). A escassez ambiental pode ajudar ainda a fortalecer grupos étnicos, de classe ou religiosos na medida em que tende a contribuir para uma aproximação dos indivíduos quando estes percebem que outros estão na mesma situação que eles. No entanto, leva também a uma maior competição entre grupos diferentes, contribuindo, ainda que indiretamente, para a existência de violência entre eles, associando-se, nestes casos, outros fatores económicos, sociais e políticos (Homer-Dixon e Blitt, 1998: 226).

Deste modo e de acordo com a teoria da privação relativa, indivíduos e grupos podem sentir-se numa situação de privação relativa quando se apercebem da diferença entre a situação que estes acham que merecem e a situação em que realmente se encontram (Glenditsch e Urdal, 2002: 286). No entanto, como já referido, a privação ou a perceção de privação só por si não levam inevitavelmente ao conflito. Para que isso aconteça, é necessário que existam outros fatores em causa: em primeiro lugar, as pessoas lesadas devem pertencer a um Estado ou grupo (religioso, étnico, de classe ou outros) com capacidade para se mobilizar e levar a cabo uma ação violenta contra a outra parte. Neste caso, o grupo tem de possuir laços

suficientemente fortes para tal, ou seja, estarem todos ligados pelo mesmo objetivo. Em segundo lugar, a estrutura política deve falhar (por incapacidade ou falta de vontade) em dar a estes grupos a oportunidade de acederem aos recursos disponíveis e expressarem os seus problemas de forma pacífica, ao mesmo tempo em que lhes dá abertura para a ação violenta (Homer-Dixon e Blitt, 1998: 11).

Estes autores defendem ainda que situações de escassez ambiental frequentemente provocam diversas respostas em grupos poderosos, de modo a melhor protegerem os seus interesses. No caso específico analisado nesta dissertação (nomeadamente nas relações entre Israel, Palestina, Síria e Egito), as questões hídricas são tomadas como um instrumento de política externa, sendo utilizada em favor das partes, particularmente aqueles com mais poder político (Homer-Dixon e Blitt, 1998: 8). Devido ao facto de ser tão importante tanto a nível territorial (definição de fronteiras, controlo de recursos, entre outros) como a nível pessoal (como recurso essencial à vida) a água é um elemento relevante nas negociações entre os vários Estados, sendo frequentemente disputada não apenas na mesa das negociações mas também no terreno, não só em conflito mas também através de diversas manifestações de hostilidade entre os Estados (tendo como exemplo o ataque continuado pelos israelitas contra contentores de telhado de água palestinianos – civis contra civis (Comité de Emergência para a Água, Saneamento e Higiene, 2011: 6). Esta teoria é útil e pertinente na análise do estudo de caso apresentado pois vai de encontro ao argumento a ser desenvolvido: a água potencia o conflito, embora de forma indireta e em conjunto com outros fatores (económicos, políticos e sociais), demonstrando a relevância da escassez de recursos hídricos na manutenção e

perpetuação de um conflito já existente. A teoria desenvolve a questão da privação de um grupo/população/Estado face a outros e a incapacidade da estrutura política fazer face às dificuldades apresentadas por este no que diz respeito aos recursos hídricos, o que, atualmente, acontece nos Estados a serem analisados: o Egito não quer dividir os seus recursos (pois irá privar-se do que é seu); a Síria acha-se no direito de obter de volta os recursos localizados nos Montes Golã (estando impedida de conseguir esses recursos); a Palestina não tem controlo sobre os recursos no seu território (estando privada da maior parte destes) e Israel, tal como o Egito, não quer partilhar os seus recursos com os vizinhos (pois deste modo perderá os recursos a que acha ter direito), assumindo uma posição de força dominante. A estrutura política não consegue, então, conciliar os interesses dos quatro Estados. Entra, então, a questão da possibilidade de recurso à ação violenta. A falta de capacidade em monitorizar as ações dos Estados (independentemente da existência de mecanismos para tal) faz com que exista uma abertura para perpetuar o conflito e a tensão já existente entre estes vários atores com expectativas e objetivos discrepantes. Existe esta incapacidade pois os Estados desrespeitam, muitas vezes, as normas do direito internacional. No caso de Israel, o desrespeito pelo direito internacional traduz-se na ocupação de territórios e marginalização da população residente (Departamento de Informação Pública da ONU, 2012), além da desvalorização e não cumprimento de diversas resoluções emitidas pela ONU (ONU, 2009: 18-19). O caso da Palestina é totalmente inverso ao caso de Israel. A ONU não consegue atuar eficazmente em relação à situação de ocupação do Estado pois existe um ocupante (Israel) que dita, maioritariamente, as regras no território palestino (ONU, 2009: 17). No que diz respeito à Síria, a ONU não consegue que o Estado cumpra as resoluções que lhe são imputadas, pois o país

desrespeita as normas internacionais (Conselho de Segurança da ONU, 2012: 2-3). Também o Egito tem demonstrado desrespeito pelas normas do direito internacional, ao não permitir o usufruto de direitos humanos básicos tais como o direito de reunião, liberdade de expressão e de efetuar protestos (Washington College of Law, 2011: 42-44). Além disso, a ONU não consegue monitorizar os Estados envolvidos neste estudo de caso, não só pela questão do não cumprimento de resoluções, mas também porque existem bloqueios dentro da própria organização que impedem essas resoluções de tomarem forma e condenarem os Estados pelas suas violações ao direito internacional e desrespeito pelas resoluções, tais como o poder de veto no Conselho de Segurança (ONU, 2009: 13). Este é um quadro geral que acaba por se poder aplicar à questão do acesso aos recursos mais especificamente.

1.2 A escassez ambiental e conseqüente escassez hídrica

O conceito de escassez ambiental (que inclui escassez hídrica, relevante para esta dissertação) é mutante e subjetivo. Nesta dissertação é entendido como dizendo respeito à carência de recursos naturais renováveis, neste caso hídricos (Homer-Dixon e Blitt 1998: 1-2). Existem três dimensões deste conceito que interagem frequentemente entre si, explicitadas pelos teóricos da privação relativa. São elas: a escassez induzida pela oferta (*supply-induced scarcity*), entendida pela redução na quantidade ou qualidade disponível de um recurso; a escassez induzida pela procura (*demand-induced scarcity*), apresentada como o aumento da procura de um determinado recurso, enquanto a quantidade disponível desse recurso continua a mesma; e a escassez estrutural (*structural scarcity*), que surge da distribuição desigual ou ineficiente de um recurso (Glenditsch e Urdal, 2002: 284). Estas dimensões surgem

a partir do momento que se inicia uma situação de *stress* hídrico prolongando-se durante as situações de escassez de recursos hídricos e explicitam as causas e consequências dessa mesma escassez hídrica.

Também os conceitos de *stress* hídrico; escassez hídrica e escassez hídrica absoluta serão aqui usados e enquadrados. Podem ser entendidos de várias formas e dizer respeito a diversas dimensões, sendo mais facilmente definidos de uma forma quantitativa. Na presente dissertação usar-se-ão os indicadores desenvolvidos por Malin Falkenmark. Estes indicadores foram criados através de pesquisa em diversos países (com diferentes condições económicas, sociais e políticas), que procurava saber a quantidade de água utilizada em diversas atividades (não só pessoais mas também profissionais, como por exemplo na agricultura), de modo a serem obtidos resultados fidedignos. São os indicadores mais largamente aceites a nível internacional (Brown e Matlock, 2011: 1), sendo usados nesta dissertação para definir a situação em que se encontram os diversos Estados em relação à escassez hídrica, de modo a analisar melhor as implicações dessa mesma situação.

Com base nestes indicadores, *stress* hídrico existe quando a quantidade de metros cúbicos de água disponível é menor que 1700 m³ *per capita* por ano. Escassez hídrica dá-se quando a quantidade de água disponível é menor que 1000 m³ *per capita* por ano. Finalmente, escassez hídrica absoluta acontece quando a quantidade de metros cúbicos disponível está abaixo dos 500 m³ *per capita* por ano (Brown e Matlock, 2011: 1). Como termo de comparação para uma compreensão dos valores apresentados, pode tomar-se Portugal. O país utiliza 2505 m³ *per capita*, o que significa que está acima dos valores mínimos recomendados pelos indicadores

apresentados (Mekonnen e Hoekstra, 2011: 30). Com base nestes, todos os países que não estiverem dentro da mesma categoria que Portugal (ou seja, acima dos valores mínimos recomendados) não têm acesso à quantidade de água considerada ideal para o ser humano (1700 m³ ou mais), de acordo com os indicadores de Malin Falkenmark (Brown e Matlock, 2011: 1).

1.3 Estado dos recursos hídricos no Médio-Oriente e respetiva ligação com a política externa das partes

O argumento da autora desta dissertação é que existe *stress* ou escassez ambiental hídrica nos territórios dos Estados que vão ser analisados. Este *stress* e escassez derivam, maioritariamente, do crescimento populacional, da economia baseada na agricultura intensiva, de um ecossistema hídrico frágil e de uma distribuição desigual ou ineficiente de recursos, nos casos a serem analisados nesta dissertação (Homer-Dixon e Blitt 1998: 73).

A população residente nos territórios palestinianos tem acesso a 120 m³ de água *per capita* por ano (MA'AN Development Centre, 2011: 6), valor que se traduz numa situação de escassez hídrica absoluta, segundo os valores de referência aplicados a este estudo. Estão presentes as três dimensões da escassez ambiental: em relação à escassez induzida pela oferta, temos as situações de contaminação, salinização e esgotamento do maior aquífero que fornece água à Palestina⁶; relativamente à escassez induzida pela procura, temos um crescimento constante na busca por recursos hídricos. Finalmente, o consumo mínimo de água pelos palestinianos, forçado pelas políticas de ocupação de Israel, é a questão central da

⁶ Aquífero Costeiro

escassez estrutural (Homer-Dixon e Blitt, 1998: 74). Os palestinos não podem explorar mais poços ou reabilitar os já existentes sem permissão israelita, tendo de obedecer a um regime de quotas de extração de água, que se mantém inalterado desde 1967 (Homer-Dixon e Blitt, 1998: 76). A população dos territórios palestinos apenas tem acesso a 10% dos recursos hídricos que os israelitas utilizam, recursos esses localizados nas suas próprias terras, mas que são controladas por Israel (UNISPAL, 2012: 21). De acordo com o quadro teórico apresentado, existe uma situação de privação relativa. Através das restrições que lhes são colocadas, os palestinos têm a percepção de que os israelitas têm um maior poder sobre os recursos hídricos e usam esse poder em seu benefício. Dado que esses recursos estão em território palestino, a população residente acredita que tem direito e conseguiria obter esses recursos, se lhe fosse dado espaço para tal (Donkers, 1997: 153). Considerando os factos apresentados torna-se previsível que os assuntos que dizem respeito à água pesem na política externa na Palestina. Além de ser um bem essencial, o nível da sua escassez faz com que a água esteja no topo das preocupações palestinas, sendo assim frequentemente abordada em negociações entre as partes.

Relativamente à Síria, os últimos trinta anos deram uma maior relevância aos assuntos que dizem respeito aos recursos hídricos, devido ao desenvolvimento da conjuntura socioeconómica do país (Kaisi, Al Chayeb e Al Zoughbi, 2006: 1). A Síria tem acesso a 1450 m³ *per capita* por ano, com tendência a diminuir, devido aos pontos já explicitados⁷ (Voza et al, 2012: 59). As três dimensões da escassez ambiental também se encontram presentes no caso explicitado: em relação à escassez induzida pela

⁷ Ver páginas 15-16.

procura, existiu um aumento pela procura dos recursos hídricos devido ao desenvolvimento de diversas atividades económicas (Kaisi, Al Chayeb e Al Zoughbi, 2006: 1), tais como a agricultura (atividade essencial ao desenvolvimento do Estado), que aumentou o uso de recursos hídricos. Também este desenvolvimento levou à modificação da qualidade e quantidade dos recursos hídricos, entrando assim no domínio da escassez induzida pelo fornecimento. Finalmente, o domínio de 75% dos Montes Golã por Israel (que são a maior fonte de fornecimento de água da Síria) faz com que os sírios tenham acesso limitado a esse recurso, causando a questão da escassez estrutural (Dajani, 2011: 7). Também aqui é visível a questão da privação relativa. A população síria percebe as discrepâncias que existem na distribuição dos recursos dos Montes Golã, recursos esses que foram apreendidos por Israel e que lhes são essenciais. Deste modo, os sírios têm em mente que têm direito aos recursos hídricos que lhes foram retirados e que poderiam ter acesso a eles se estes fossem devolvidos à Síria (Villiers, 2001: 223). Os Montes Golã e os recursos hídricos neles localizados são, então, extremamente importantes na política externa síria, levando a que, sempre que é tentado um acordo de paz ou uma simples aproximação entre Síria e Israel, esta questão seja colocada na mesa das negociações. Dado que os recursos foram conquistados pela força e não por mútuo-acordo, a insatisfação é constante.

No que diz respeito ao Egito, a quantidade de água disponível é de 750 m³ *per capita* por ano (Nimah, 2008: 65) apenas, deixando o país em situação de escassez hídrica. Estão, então, também presentes as três dimensões de escassez ambiental. No que diz respeito à escassez induzida pela procura, o crescimento da população e o desenvolvimento da agricultura e da indústria fizeram com que a escassez de recursos

hídricos se tornasse mais flagrante (Allam, 2007: 205). Em relação à segunda dimensão (escassez induzida pelo fornecimento), esta foi exacerbada pela poluição a que os recursos hídricos utilizados pelo Egito estão sujeitos (Allam, 2007: 209). O facto de as quotas para a distribuição de água se manterem inalteradas desde 1959, não acompanhando o crescimento do nível de vida no Egito (Allam, 2007: 205), faz parte da dimensão da escassez estrutural, pois é uma situação de distribuição ineficiente, tal como desenvolvido por Homer-Dixon (Glenditsch e Urdal, 2002: 284). Desde 1970 que a quantidade de água utilizada ultrapassou a quantidade de recursos hídricos disponíveis (Allam, 2007: 207). Os recursos hídricos egípcios estão a diminuir a um ritmo extremamente acelerado, o que faz com a situação já grave do país se venha a agudizar. Existe a percepção de que o facto de terem de dividir recursos hídricos faz com que o Egito fique numa situação desconfortável em relação à água, devido ao facto de estes estarem a diminuir a um ritmo alarmante. Assim, devido à escassez de recursos hídricos, há a consciência de que se não existisse essa distribuição (considerada desigual), o povo egípcio estaria numa melhor situação (Elhance, 1999: 53). Deste modo, tal como já explicado relativamente às restantes partes, a água pesa na altura das negociações, sendo um instrumento de política externa, devido ao seu nível de escassez e importância à vida humana.

Em relação ao caso de Israel, este Estado é afetado por uma situação de *stress* hídrico, estando muito próximo da escassez hídrica, pois as suas reservas de água são de 1155 m³ *per capita* por ano. Os recursos hídricos de Israel diminuem aceleradamente; deste modo, o Estado considera estes recursos da maior importância, usando o seu poder para mantê-los e aumentá-los, através do uso da força: tal como o

boicote aos recursos hídricos palestinos e sírios (fazendo uso da força militar para impedir a população de aceder aos recursos) e o ataque armado a poços palestinos e sírios, destruindo-os ou adquirindo-os para si (Elhance, 1999: 108). Em relação às três dimensões referidas, considerando que está presente um quadro de *stress* hídrico, estas podem ser identificadas no estado atual dos recursos hídricos em Israel. Em relação à escassez induzida pelo fornecimento, o facto dos recursos hídricos apenas serem renovados durante a época da chuva, que dura aproximadamente quatro meses, fez com que a água disponível tenha vindo a diminuir. Também as secas têm interferido com os recursos hídricos, comprometendo a sua qualidade e quantidade disponível. O crescimento da população combinado com a estagnação da quantidade de recursos hídricos leva a que haja uma escassez induzida pela procura (Water Authority, 2011: 4). Finalmente, o facto de a água ser monitorizada (e conseqüentemente as quotas de uso dessa água também o serem) e a sua distribuição controlada pelo Estado de Israel, constrói a dimensão da escassez estrutural (Water Authority, 2011: 9). Também os israelitas sofrem de privação relativa. Tal como os egípcios, há a percepção de que têm de dividir os seus recursos hídricos e que isso faz com que haja menos recursos disponíveis para Israel. A população israelita acredita que seria possível alcançar uma situação mais confortável em relação à água se não tivesse de a dividir com os Estados apresentados nesta dissertação (Elhance, 1999: 121). A água tem, então, um papel relevante nas ações de Israel, pois é considerada um assunto de interesse/segurança nacional. Nesse sentido, Israel, ainda que não propositadamente, acaba por ser o foco central nas conexões a serem analisadas. É visível que Israel é a parte com mais poder, no que toca às relações com as outras partes pois detém domínio sobre a Palestina e é a parte predominante nas relações com a Síria. Em relação ao Egito, também saiu

sempre a ganhar no que diz respeito a negociações em relação aos recursos hídricos (pois ao ser a parte com mais poder, conseguiu impor-se nas negociações, como irá ser desenvolvido no próximo capítulo), embora de uma forma não tão flagrante como em relação à Síria e à Palestina. Estas premissas irão ser explicitadas no capítulo seguinte, onde se analisarão as dinâmicas entre as partes no que diz respeito aos recursos hídricos e ao conflito Israelo-Árabe.

Capítulo 2 – Mudança no conflito Israelo-Árabe pós-1956: o conflito e os recursos hídricos

A história do conflito Israelo-Árabe tem raízes profundas e complexas. Embora com antecedentes, a forma do conflito como o conhecemos hoje teve origem em 1917, com a declaração Balfour. Considerada como um dos piores erros na história imperial do Reino Unido (Monroe, 1963: 43), a declaração visava a criação de uma zona judaica na Palestina, respeitando, ao mesmo tempo, os direitos da população árabe residente (Adams, 1988: 71). No entanto, e desrespeitando o seu objetivo inicial, esta declaração acabou por levar à criação de um estado judaico em 1947, contra a vontade das nações árabes na região (Adams, 1988: 75). Ainda que tenham existido alguns progressos ao longo dos anos, o conflito Israelo-Árabe continua a ser um ponto sensível no que diz respeito à resolução de conflitos, pois além das várias tentativas de paz falhadas na sua história, é também um dos conflitos mais duradouros até hoje.

Embora salientando a importância dos contornos históricos da disputa, este capítulo irá focar-se apenas em pontos considerados chave da ligação que se pode estabelecer entre recursos hídricos e conflito, a temática central desta dissertação.

2.1 Desde a ‘Guerra do Suez’ (1956) até à ‘Guerra dos seis dias’ (1967) e a percepção da importância dos recursos hídricos

O debate em torno da questão do acesso aos recursos hídricos no Médio-Oriente começa em 1956, com a “Guerra do Suez”. Em Julho de 1956, o presidente egípcio Gamal Abder Nasser nacionaliza o canal do Suez, de modo a financiar a

barragem Aswan, que lhe daria um maior controlo sobre o Rio Nilo e, como tal, um maior domínio sobre os recursos hídricos da região, fator essencial para o desenvolvimento do Egito (Türk, 2011: 2). O presidente egípcio tinha, anteriormente, pedido apoio financeiro aos EUA, à França e ao Reino Unido, para a construção da barragem, tendo-lhe sido recusado, devido ao sentimento antiocidental que o país árabe começava a demonstrar devido à ligação deste com a Rússia. É esta que vai acabar por prometer apoio financeiro ao Egito, nunca se realizando devido ao rebentar da guerra (Shupe *et al*, 1980: 479). Esta nacionalização vai permitir ao Egito vingar-se da recusa dos países citados, obter dinheiro suficiente para construir a barragem e retirar o Suez da influência da França e do Reino Unido, que controlavam a companhia que geria o canal (McDermott, 1998: 135), fazendo com que novamente houvesse um maior domínio egípcio sobre os recursos hídricos. Simultaneamente, as tropas egípcias vão deter controlo sobre o estreito de Tiran, o único ponto de acesso israelita ao mar Vermelho, e sobre o golfo de Aqaba, barrando a passagem dos navios comerciais do país judaico. Esta situação acaba por levar a diversos confrontos e tensões entre os dois países (Scott-Baumann, 2009: 42).

Com o Egito como inimigo comum, Israel, França e Reino Unido vão aliar-se com o objetivo de adquirir território controlado pelo país árabe: a França e o Reino Unido desejavam reaver o controlo sobre o canal do Suez e Israel, para além de querer expulsar o Egito do estreito de Tiran, ambicionava também a Península do Sinai, que faz a ligação entre os golfos de Aqaba e Suez (ficando assim com acesso ao mar Vermelho e ao Mediterrâneo e combatendo, deste modo, a sua situação de privação). Deste modo, a estratégia desenvolvida pelos três países focou-se na invasão da

península do Sinai por Israel, levando a que a França e o Reino Unido pudessem intervir como forças de manutenção da paz, forçando Israel (no caso do Estado judaico, figuradamente, pois tinha acordado esta estratégia anteriormente) e Egito a recuarem cerca de 16 km do canal do Suez. Desta forma, França e Reino Unido obteriam controlo sobre o Suez *de facto* e Israel adquiriria a península do Sinai, além de afastar de vez as preocupações relativas ao estreito de Tiran e ao golfo de Aqaba, pondo fim à sua privação em relação a estes recursos (Patterson, 2009: 1). O plano toma forma a 29 de Outubro de 1956 (Figura 1) com a invasão do Egito por Israel, o que dá início à “Guerra do Suez”. Reino Unido e França juntam-se à disputa a 31 de Outubro de 1956 (Patterson, 2009: 2). Apesar de a ofensiva ter tido sucesso, as várias reações adversas (da URSS, dos EUA, da NATO e da ONU) à atuação dos três países e o esforço pessoal do presidente Eisenhower (EUA) fazem com que seja instituído um cessar-fogo. Havia também sido enviada uma força de emergência pela ONU para estabilizar a situação, constituída por membros neutrais (fora da NATO e do Pacto de Varsóvia - Brasil, Canada, Colômbia, Dinamarca, Finlândia, Índia, Indonésia, Noruega, Polónia, Suécia e Jugoslávia.), fazendo com que a questão fosse resolvida de forma relativamente rápida (Patterson, 2009: 1-2).

A “Guerra do Suez” derivou da necessidade de controlo de recursos hídricos dos diversos países envolvidos, que se viam numa situação de privação relativa: o Egito ambicionava arranjar mais meios de controlo sobre os recursos hídricos, declarando que tinha direito a eles e considerando-os indispensáveis para um Estado forte; França e Reino Unido consideravam o canal como a forma de manter domínio na região, não admitindo perdê-lo para o Estado árabe e afirmando direitos históricos sobre o canal;

Israel precisava de afastar o Egito do caminho, de modo a controlar o estreito de Tiran, o golfo de Aqaba e a península do Sinai, que lhe daria acesso ao mar Vermelho e ao Mediterrâneo e, conseqüentemente, a mais recursos hídricos neste caso destinados à passagem de navios de comércio, retirando o Estado de uma situação de privação relativa ao obter recursos que pertenciam ao Egito (McDermott, 1998: 136-143). Existe então a percepção de que quanto maior o controlo sobre recursos hídricos, maior é o poder que o Estado tem a seu favor, diminuindo a sua situação de privação.

Nos anos a seguir à “Guerra do Suez”, as tensões entre Israel e Egito (assim como com os restantes países árabes) intensificam-se. Surge uma onda de nacionalismo nos Estados árabes, principalmente na Síria e Egito, levando a que este último vá usar a animosidade contra Israel como ponto de união com os restantes países da região (assinando, inclusive, um tratado de defesa com a Síria, em 1966). A criação da Organização para a Libertação da Palestina - OLP - em 1964 vai fazer aumentar os atritos na Faixa de Gaza, zona controlada pelo Egito que faz fronteira com Israel (Scott-Baumann, 2009: 46-47). A criação da OLP vai, então, ter um papel importante na região, no sentido em que o facto de existir uma organização com um acesso tão próximo a Israel vai fazer com que os países árabes acreditem que tem mais oportunidades de enfraquecer o Estado judaico. Ainda em 1964, Israel começa a retirar água do Rio Jordão, desviando-a para o seu aqueduto nacional (que havia sido concluído no mesmo ano), reduzindo assim a quantidade de água disponível para os seus vizinhos árabes e assegurando as suas próprias reservas de recursos hídricos. Esta situação de privação leva a que os Estados árabes (entre eles a Síria), ainda em 1964, desenvolvam um plano de desvio da mesma água antes que esta chegasse ao território

israelita no quadro da segunda cimeira da Liga Árabe (que tinha esta questão como principal assunto na agenda) (Kobori, 1998: 129-130). Tendo em vista a importância dos recursos hídricos para o Estado, Israel vai atacar as construções já em curso do plano árabe, em 1967, destruindo-as (Murakami, 1995: 295-297). Todos estes fatores fazem com que a meio da década de sessenta existam diversos confrontos entre Israel, Síria, Palestina e Egito, muitos deles relacionados com recursos hídricos, que acabam por levar a um conflito maior.

Ainda em 1967, Israel ameaça por várias vezes atacar a Síria (ameaçando, inclusive, derrubar o governo sírio no poder), dado que o Estado árabe estava a financiar diversos ataques palestinianos contra o Estado judaico. Quando começam a chegar relatórios ao presidente egípcio de que Israel poderia, de facto, atacar a Síria, Nasser decide agir (Scott-Baumann, 2009: 47-48). O primeiro passo para a “Guerra dos Seis Dias” dá-se, então, quando a ONU retira as suas forças de manutenção da paz a pedido do Egito, e que permaneciam no Suez desde a guerra em 1956, em Maio de 1967. Esta ação vai dar liberdade ao Egito para retomar o controlo sobre a zona que havia estado sob a alçada da ONU, impedindo, tal como em 1956, Israel de utilizar o estreito de Tiran e o golfo de Aqaba, ficando barrado o acesso ao mar vermelho e colocando o Estado judaico mais uma vez numa situação de privação relativa (Scott-Baumann, 2009: 48-49). Considerando a decisão egípcia como inaceitável, e vendo os seus interesses em relação aos recursos hídricos novamente ameaçados, Israel decide entrar em guerra a 4 de Junho de 1967, lançando a primeira ofensiva armada contra as forças aéreas egípcia e síria a 5 de Junho de 1967, dando assim início à “Guerra dos Seis Dias” (Hammel, 2002: 69). Tal como o nome indica, a guerra foi bastante curta,

com a duração de seis dias, terminando com a vitória de Israel a 10 de Junho de 1967 (figura 2 em anexo). Não obstante a sua curta duração, esta guerra provocou importantes danos na política e geografia do Médio-Oriente: Israel anexou os Montes Golã passando a controlar os afluentes de diversos rios, um deles o rio Jordão, extremamente importante para Israel; passou a dominar a península do Sinai (como já mencionado, importante para manter controlo sobre os acessos ao Mediterrâneo e ao mar Vermelho – estreito de Tiran e golfo de Aqaba); anexou a Cisjordânia e Faixa de Gaza (onde se encontram diversos aquíferos, importantes fornecedores de água a Israel) e garantiu controlo sobre os recursos hídricos palestinianos. Deste modo, Israel vai colocar a Síria, Egito e Palestina numa situação de privação relativa, pois estes vêm-se privados dos recursos que controlavam anteriormente e aos quais acreditam voltar a ter direito.

Israel vai instituir quotas e duras restrições no que diz respeito à água no território palestiniano (como por exemplo o impedimento de construir novos poços sem autorização israelita), de modo a não perder o controlo sobre estes recursos. A primeira ordem militar respeitante aos recursos hídricos emitida por Israel vai ser a ordem número 58 (Estado de Israel, 1967a). Esta impõe que todas as terras que tenham poços palestinianos em que o dono esteja ausente passem para domínio israelita. No entanto, muitas das terras apropriadas eram de palestinianos que tinham sido obrigados a fugir devido à ocupação israelita. Em seguida é lançada a ordem número 92, transferindo todos os poderes sobre a água palestiniana para a figura de um comandante militar israelita (Estado de Israel, 1967b). Em novembro de 1967 é instituída outra ordem militar (número 158), que proibia a construção de novos poços

e outras infraestruturas hídricas palestianas sem uma permissão especial (Estado de Israel, 1967c). Finalmente, a ordem número 291, em 1968 (Estado de Israel, 1968), vai declarar que todos os recursos hídricos são propriedade do Estado de Israel, limitando ainda o acesso à água para irrigação das terras palestianas e instituindo o pagamento de taxas para uso de certas estações de água (Centre for Economic and Social Rights, 2009: 12-13). Mais uma vez, uma das maiores motivações de Israel para entrar em guerra envolveu, ainda que indiretamente, recursos hídricos. Tendo perdido acesso ao estreito de Tiran, Israel vai encontrar-se numa situação delicada – não tendo como obter acesso ao mar vermelho, considerado indispensável ao seu tráfego comercial. Já em guerra, foca-se em retirar território onde se encontram recursos hídricos importantes aos países árabes, tal como já explicitado.

No período pós-guerra, Israel vai ainda ignorar e desrespeitar as resoluções da ONU que condenam a ocupação dos territórios adquiridos na “Guerra dos Seis Dias”. Uma dessas resoluções é a número 242, que tentava a instituição da paz entre os Estados do Médio-Oriente, estabelecendo que Israel deveria retirar-se dos territórios ilegalmente ocupados na guerra e que deveria respeitar as suas fronteiras originais (CSNU: 1967). Atualmente a resolução da ONU continua a ser desrespeitada por Israel sem que esta organização tenha uma forte atuação no sentido de fazer cumprir a sua deliberação.

2.2 ‘Guerra do Desgaste’ (1968 – 1970) e o problema da península de Sinai

Após a “Guerra dos Seis Dias” em 1967, não houve uma paz negociada e efetiva entre as partes. Não havia sido assinado um acordo de paz definitivo e a animosidade

entre judeus e árabes continuava latente, o que se traduziu na formulação da Resolução de Khartoum, em 1967, também conhecida pela resolução dos três não: não à paz, não às negociações e não ao reconhecimento do Estado de Israel (Liga Árabe, 1967). Esta declaração tinha como objetivo final a destruição do Estado de Israel e aniquilação de qualquer presença israelita no Médio-Oriente. No entanto, e considerando a superioridade militar que Israel detinha em relação aos países árabes, estes acordaram que a melhor estratégia seria a de uma guerra gradual – de desgaste – de modo a conseguirem atingir o seu objetivo. O Estado da Palestina seria instituído onde, naquele momento, se encontrava o Estado israelita (Yaffe, s.d.: 2). Gamal Abdel Nasser (presidente do Egito) defendia que apenas esta ofensiva militar faria Israel retirar-se da península do Sinai o que, em conjunto com animosidade entre as partes, acaba por levar a um reacendimento dos confrontos. Apenas um ano após o fim da última guerra (“Guerra dos Seis Dias” em 1967), em Junho de 1968, dá-se então início, oficialmente⁸, à “Guerra do Desgaste” através de uma ofensiva egípcia contra a linha de defesa israelita situada no canal do Suez. As forças israelitas tomaram em consideração a vantagem estratégica que o posicionamento ao longo do rio Jordão trazia (Yaffe, s.d.: 1), demonstrando mais uma razão para quererem manter este recurso hídrico sobre o seu controlo. Caracterizada pelo foco no canal do Suez (que durante a guerra é alvo de largas ofensivas e ataques aéreos), a guerra só vai terminar em 1970 da mesma forma que começou: Israel a ocupar a península do Sinai e sem um acordo de paz permanente e eficaz. Esta guerra vai chamar-se “Guerra do Desgaste” pois vai ser constituída de diversos confrontos entre Egito e Israel, sem levar,

⁸ Os confrontos haviam sido continuados até aquela data.

efetivamente, a um resultado proveitoso para os dois lados, apenas destruição de tropas e materiais militares. Embora com uma vitória do Estado judaico, este começa a obter a percepção de estar sozinho contra os seus vizinhos árabes poderia ser perigoso (Scott-Baumann, 2009: 54).

Esta “Guerra do Desgaste” vai levar à formação de diversos grupos (terroristas e não terroristas) palestinianos, que desenvolveram a capacidade de atuar extensivamente na zona este do Estado palestiniano (vale do rio Jordão, mar Morto, rio Yarmouk, entre outros). Estes grupos vão constituir um impedimento ao processo de paz Israelo-Árabe (Yaffe, s.d.: 2). A península do Sinai torna-se então o problema no Médio-Oriente: concentra possessões territoriais e recursos hídricos valiosíssimos, que nenhuma das partes está disposta a privar-se. Cada uma das partes deseja a península para si por motivos semelhantes: possuir a península do Sinai (e conseqüentemente o canal do Suez, o estreito de Tiran e o golfo de Aqaba) é essencial para um bom domínio dos recursos hídricos em todas as suas vertentes (comercial – passagem de navios; particular – fornecimento de água para diversas atividades) além de ter um valor económico bastante grande e ser um ponto geográfico estratégico devido ao facto de se localizar entre o mar Mediterrânico e o mar Vermelho (Notteboom e Rodrigue, s.d.: 2-4 e Herbert-Burns, 2009: 1-6).

2.3 ‘Guerra do Yom Kippur’ (1973) e respetiva relação com recursos hídricos

Entre 1970 e 1973, as hostilidades entre Israel/Síria e Israel/Egito continuaram. Os Estados árabes pretendiam reaver, respetivamente, os Montes Golã e a península do Sinai, territórios estratégicos (que detêm recursos hídricos)

conquistados por Israel em 1967 assim como vingar-se de Israel pelas pesadas derrotas até ao momento.

Em 1970 o presidente Gamal Abdel Nasser morre e é substituído por Anwar Sadat, considerado mais ativo do que o seu antecessor, rejeitando a premissa/impasse de “não existência de paz, não existência de guerra”⁹, onde os Estados do Médio-Oriente não tinham nenhum processo de paz a desenvolver-se mas também não estavam em guerra oficialmente (Buckwalter, s.d.:120). Sadat tem o objetivo de neutralizar a política de anexação de Israel, que constituía uma ameaça às possessões árabes, ao mesmo tempo que deseja manter a posição de referência/liderança no mundo árabe e que tenta reaver as suas antigas possessões hídricas. Como tal, decide tentar reaver a península do Sinai, objeto de disputa entre egípcios e israelitas devido ao seu valor estratégico (tanto a nível geográfico – recursos hídricos - como a nível económico – comércio e outros). Também a Síria desejava reaver os Montes Golã desde a sua pesada derrota em 1967, devido aos mesmos motivos que o Egito – para readquirir os seus recursos hídricos e as compensações financeiras que daí poderia usufruir (Buckwalter, s.d.: 120).

A “Guerra do Yom Kippur” começa a 6 de Outubro de 1973, através de um ataque surpresa da Síria (a norte) e Egito (a sul) contra Israel, durante o feriado judaico Yom Kippur (onde muitos soldados estavam ausentes e, como tal, seria mais difícil para o Estado judaico conseguir defender-se).

⁹ “No peace, no war”.

Embora a coligação árabe tenha começado vitoriosa, tendo até recuperado algum território nas primeiras duas semanas em resultado do ataque surpresa, Israel acabou por conseguir ganhar a disputa. No entanto, esta guerra trouxe diversas implicações para os dois lados: os países árabes sentiram-se vingados embora tenham sofrido uma derrota, Israel deixou de pensar nas suas forças como invencíveis e começaram a ser feitos, pela primeira vez, esforços para o desenvolvimento de acordo de paz (Scott-Baumann, 2009:57). No que diz respeito à população palestina, no pós-guerra do Yom Kippur (1975), Israel vai impor quotas especiais de drenagem de poços de água aos palestinianos. Se a quota fosse ultrapassada, a população pagaria uma pesada multa (Centre for Economic and Social Rights, 2009:13). Desta forma, Israel esperava controlar melhor os recursos hídricos. No entanto, o dia-a-dia dos palestinianos vai sofrer com esta imposição, levando a que a população se comece a aperceber da sua situação de privação e desigualdade, devido à diminuição visível dos recursos destinados à Palestina e aumento dos preços da água.

É importante ressaltar que, mais uma vez, a guerra teve motivações que incluíam os recursos hídricos. Tanto o Egito como a Síria precisavam destes recursos para poderem ser autossuficientes e para se imporem perante Israel, enfraquecendo-o (Segev, 2007: 399). Os resultados finais acabaram por não ser os melhores para a coligação árabe: o Egito não conseguiu recuperar a península do Sinai (apenas uma pequena porção de território no lado Este do canal do Suez) e a Síria perdeu ainda mais território para Israel nos Montes Golã. Israel conseguiu adquirir mais território a oeste do canal do Suez, mas perdeu a noção de invencibilidade e autoridade que antes detinha (Buckwalter, s.d.: 129-130).

Os confrontos entre as partes continuaram até 1978, aquando da assinatura dos acordos de *Camp David*, que visavam a paz entre Egito e Israel, tendo-se verificado em 1979 a implementação de um tratado de paz entre os dois países. Este último tratado teve como foco principal a devolução da península do Sinai (incluindo o canal do Suez, o estreito de Tiran e o golfo de Aqaba – estes dois últimos reconhecidos como águas internacionais) ao Egito, colocando um ponto final na sua situação de privação relativa. Em contrapartida, o Egito reconheceria Israel e aceitaria negociar como seria encaminhada a questão palestina (cujos territórios e recursos estavam agora – e continuariam - sob domínio israelita). Em relação à Síria, não existiu nenhuma tentativa com sucesso para a devolução dos Montes Golã (e conseqüente paz entre os dois países). A Síria pretendia reaver os Montes Golã com base nas fronteiras exatamente antes da guerra de 1967 (que lhe dá controlo sobre a totalidade do território), enquanto o Estado judaico se baseava nas fronteiras internacionais de 1923 (o que lhe dava controlo sobre os territórios que mantém ocupados por si) (Dajani, 2011: 12). Em 1981, Israel, que até ao momento não tinha reconhecido o território sírio ocupado como parte do Estado (embora usufruísse dele como tal) vai anexar oficialmente 75% do território dos Montes Golã. A ONU vai condenar esta ocupação veementemente, com o conselho de segurança a declará-la como inadmissível. No entanto, Israel vai ignorar a ONU e limitar o uso dos recursos hídricos fornecidos ao Estados árabe, através do recém-ganho controlo sobre os Montes Golã (Dajani, 2011: 8). O Estado afirma que embora o território seja negociável, os recursos hídricos não o são (Dajani, 2011: 12). No que diz respeito à Palestina, todas as disputas referidas até ao momento vão resultar em grandes quantidades de refugiados palestinos, privados dos seus recursos e dos seus territórios (Scott-Baumann, 2009: 57-59).

É visível a preocupação dos Estados em estudo nesta dissertação em relação aos recursos hídricos naquelas que são as dinâmicas políticas internas bem como as suas relações políticas e diplomáticas com os países vizinhos. Em relação ao Egito, este apenas aceitou negociar quando a questão da península do Sinai (e respetivos recursos hídricos – estreito de Tiran e golfo de Aqaba e respetivas ligações) foi colocada em cima da mesa. Também Israel apenas abdicou destes recursos para conseguir ter o seu Estado reconhecido por um país árabe, não tendo, no entanto, abdicado da Faixa de Gaza e da Cisjordânia (onde se encontram recursos hídricos valiosos). Também a Síria só aceita a paz se os Montes Golã forem devolvidos, o que Israel recusa terminantemente a fazer, devido ao seu valor estratégico e territorial, tanto a nível da água como em relação ao posicionamento geográfico dos Golã.

2.4. A Intifada de 1987 e os acordos de Oslo (I e II): o nascimento de políticas hídricas vinculativas

Até 1987, a atenção internacional esteve centrada em Israel contra Síria e Egito (e vice versa). A partir da primeira Intifada palestina isso vai mudar. Tida como a primeira vez que a população palestina agiu enquanto comunidade (McDowall, 1989: 2), consistiu em desobediência civil, boicote a produtos israelitas, ataque às forças israelitas com pedras, paus de madeira, entre outros.

A Intifada surge como resposta à política sufocadora de Israel, que tinha controlo sobre os recursos da Palestina e que pretendia acabar com o sentimento nacionalista palestino e ao estabelecimento de colonatos israelitas na Cisjordânia

(Morris, 2001: 567). A partir de 1982, o Mekorot¹⁰ tinha adquirido controlo dos recursos hídricos palestinianos, explorando esses mesmos recursos ao ponto de secar/destruir os poços de água da população palestiniana, nunca reparando falhas e danos nas infraestruturas hídricas e muitas vezes desviando os recursos para os colonatos israelitas, levando a um corte na quantidade de água disponível para a Palestina. Igualmente, o facto de os israelitas terem reduzido as quotas de drenagem dos poços de água em 10% em 1986 institui uma situação de escassez estrutural, o que vai levar a que os palestinianos se sintam revoltados, além de se encontrarem numa situação de privação relativa, desejando recuperar aquilo a que achavam ter direito (Centre for Economic and Social Rights, 2009:13). Também as situações de uso desmesurado de força contra os palestinianos, repressão e medo contribuíram para a revolta palestiniana.

Com início a 9 de Dezembro de 1987, o seu catalisador foi o assassinato de um adolescente palestiniano, que havia atirado um *cocktail molotov* a uma patrulha do exército, por um soldado israelita. Acabou por se tornar um confronto entre forças israelitas e palestinianas, condenado pela comunidade internacional e terminando em 1993. Esta primeira Intifada acaba por ser um grande marco nas negociações israelo-palestinianas, não só em relação à tentativa de acordos de paz, mas também porque acaba por levar à assinatura dos Acordos de Oslo, onde, pela primeira vez, se vão tentar instituir medidas para políticas hídricas vinculativas aceites pelas duas partes (até agora apenas haviam sido aplicadas as políticas feitas por Israel) (Centre for Economic and Social Rights, 2009:13).

¹⁰ Companhia Nacional israelita de Água.

Em 1993 são então assinados os acordos de Oslo I (*Declaration of Principles on Interim Self-Government Arrangements*) entre Israel e Palestina, visando estabelecer várias decisões respeitantes à situação dos territórios palestinos ocupados por Israel. Os acordos estabeleciam que ao fim de cinco anos existiriam negociações para ser estabelecido o estatuto final da Palestina. Foi também estabelecida a criação de um governo palestino – Autoridade Nacional Palestina – que administraria os territórios palestinos, incluindo a Cisjordânia e a Faixa de Gaza. Israel desocuparia os territórios palestinos, que seriam entregues ao novo governo, quando as condições favoráveis estivessem asseguradas (ONU, 1993).

No quadro do tema geral desta dissertação, a questão que é importante ressaltar é a relacionada com (o acesso a) os recursos hídricos. Pela primeira vez existe um tratado estabelecido e aceite pelas duas partes que institui como Israel e Palestina devem reagir em relação aos recursos hídricos, mostrando, desta forma, que os mesmos pesaram não apenas nas exigências das duas partes, mas também na altura das negociações. É, então, estabelecido que as duas partes deveriam cooperar em relação aos recursos hídricos: em primeiro deveria ser criada uma autoridade de administração dos recursos hídricos palestinos; deveria ser desenvolvido um programa de desenvolvimento dos recursos hídricos; uma gestão partilhada dos recursos hídricos até à implementação do estatuto final da Palestina; uma distribuição equitativa da água para as duas partes; desenvolvimento de infraestruturas no que diz respeito à água e finalmente um processo de dessalinização e desenvolvimento de outros projetos de desenvolvimento de recursos hídricos (ONU, 1993). Desta forma, além de assegurar a distribuição equitativa de recursos, a Palestina poderia

desenvolver-se em diversos níveis. No entanto, Israel não abdica do poder que detinha sobre os recursos tão facilmente; tendo declarado que seria difícil conceber uma solução política para o problema com os palestinos sem o Estado israelita controlar todos os recursos hídricos¹¹ (Centre for Economic and Social Rights, 2009:38), o que vai acontecer na realidade é o reforço do poder israelita sobre os recursos hídricos da Palestina (Centre for economic and social rights, 2009:14). Mais tarde, em 1995, são assinados os acordos de Oslo II (*Interim Agreement on the West Bank and the Gaza Strip*). Estes são complementares aos acordos assinados em 1993, visando colmatar falhas em relação ao primeiro acordo e instituir alterações e novas regras/disposições no que diz respeito à relação entre os Estados israelita e palestino e ao território palestino. No que diz respeito à água, continuou-se o trabalho desenvolvido nos acordos de Oslo I: previa-se a transferência definitiva para os palestinos do controlo sobre os recursos hídricos; um aumento da quantidade de água destinada aos palestinos em 28m³ por mês (dado que a distribuição não estava a ser equitativa entre as duas partes, pois beneficiava Israel) e a instituição de uma comissão conjunta de gestão da água, de modo a que os interesses das duas partes fossem salvaguardados (ONU, 1995). No entanto, e mais uma vez, o acordo que visava instituir um estatuto final, acabou por reforçar ainda mais o poder israelita sobre a Palestina (e, consequentemente, sobre os seus recursos hídricos). Dado que o estatuto final da Palestina nunca foi atingido, Israel continuou a apropriar-se ilegalmente (à luz do direito internacional e dos acordos previamente assinados entre as partes) da água palestina, impedindo o desenvolvimento de um plano de infraestruturas de água

¹¹ "It is difficult to conceive of any political solution consistent with Israel's survival that does not involve complete, continued Israeli control of the water and sewage systems.", Ministro da agricultura de Israel em 1990.

sustentável, poluindo as águas destinadas aos palestinos e destruindo ainda mais as fontes dos recursos hídricos (Centre for economic and social rights, 2009:15).

É possível constatar que em ambos os acordos os recursos hídricos estiveram em cima da mesa enquanto parte essencial na negociação. Houve inclusivamente diversas alterações do primeiro para o segundo acordo, pois as disposições não estavam a ser cumpridas, causando confrontos/atritos entre as duas partes. É também visível que Israel não abdicou de controlar os recursos hídricos palestinos em seu favor, devido à importância da água na região.

No que diz respeito à situação com a Síria, em 1991 dá-se início a uma tentativa de negociação entre o Estado árabe e o Estado judaico. No entanto, invocando o que já havia sido explicitado anteriormente, dado que Israel não está disposto a devolver os Montes Golã, a Síria recusa-se a assinar qualquer acordo de paz, continuando a tensão entre dois países (Dajani, 2011: 11-12). Encontrando-se numa situação de privação relativa, a população síria deseja reaver os recursos hídricos a que pensa ter direito.

2.5. De 1995 até aos dias de hoje: o estado dos recursos hídricos

Após a primeira Intifada é alcançado um acordo de paz entre Israel e Egito e efetiva cooperação no que diz respeito à água (traduzida no livre uso de Israel do canal do Suez, estreito de Tiran e golfo de Aqaba), mas tanto a Palestina como a Síria continuam no lado oposto ao Estado judaico. A Síria não aceitava negociar nenhum tipo de acordo de paz com Israel se a devolução dos Montes Golã não estivesse em

cima da mesa de negociações, o que Israel rejeitava veementemente devido aos recursos hídricos no território sírio que iria perder.

Em relação à Palestina, embora existissem dois acordos entre esta e Israel, na realidade é o Estado judaico o poder dominante (devido à sua posição enquanto força ocupante), o que faz com que este não cumpra muitos dos pontos estabelecidos nos acordos de Oslo I e II, inclusive no que diz respeito aos recursos hídricos, o que vai, novamente, enfurecer os palestinianos.

É neste clima que vai surgir nova Intifada, em Setembro de 2000, após o falhanço das negociações do estatuto final da Palestina na cimeira de *Camp David* no mesmo ano. A Intifada começa com uma revolta popular palestiniana a seguir à visita de Ariel Sharon ao terceiro lugar mais sagrado do Islamismo: a mesquita de Al-Aqsa. Ariel Sharon queria demonstrar que os israelitas tinham o direito de visitar a mesquita, o que os palestinianos tomaram como provocação. Após o uso desmesurado de força por ambos os lados (e consequentes centenas de mortes israelitas e palestinianas), a Intifada termina em 2005, depois de os palestinianos terem perdido o seu líder, Yassear Arafat. Durante a Intifada, as forças israelitas destruíram infraestruturas hídricas avaliadas em cerca de sete milhões de dólares - cerca de 255 redes de água e 202 infraestruturas hídricas (Centre for Economic and Social Rights, 2009:5), de modo a privar os palestinianos dos recursos.

No decurso da Intifada foram também tomadas medidas para reprimir ainda mais os palestinianos: em Outubro de 2000 Israel proíbe os palestinianos de drenarem água dos poços e de manterem os existentes (embora esta restrição não se aplique a israelitas nos colonatos na mesma zona) e em Abril de 2003, vai recusar-se a fornecer

água a diversas cidades palestinianas¹² (Centre for Economic and Social Rights, 2009:14). Ainda no decorrer da Intifada, Israel vai impedir engenheiros de reparar os danos nas infraestruturas hídricas, inclusivamente ferindo-os ou assassinando-os no decurso do processo (Centre for Economic and Social Rights, 2009:30). No pós-Intifada, as consequências vão ser diversas, e no que diz respeito aos recursos hídricos, vai proceder-se à construção de um muro de segurança pelos israelitas, de modo a protegerem-se de futuros ataques palestinianos. No entanto, o muro colocou em risco o acesso dos palestinianos a alguns recursos hídricos (como o acesso a redes e fontes de água), destruindo fontes de água (como poços e outras infraestruturas, além de cerca de 35000 metros de canos de água) e anexou alguns territórios onde existia água palestiniana – inclusive territórios que dão acesso automático ao aquífero ocidental¹³ (figura 3), vital para os interesses israelitas (Centre for economic and social rights, 2009:37-38). A ONU considerou este muro ilegal à luz do direito internacional, condenando a construção e pedindo a sua demolição (Emergency Water, Sanitation and Hygiene Group – EWASH, 2011: 14-15). No entanto, Israel ignorou a resolução e manteve o muro. Mais uma vez, os palestinianos encontram-se numa situação de privação relativa, o que em conjunto com outros fatores sociais e económicos leva a confrontos continuados.

No que diz respeito ao Egito, o acordo de paz (Acordos de *Camp David*) assinado em 1979 entre o Estado árabe e Israel tem mantido os dois países afastados da guerra um com o outro até à presente data desta dissertação. O Egito controla a península do Sinai, o estreito de Tiran e o golfo de Aqaba, deixando que Israel os use

¹² Uma das quais Ramallah, capital da Palestina.

¹³ *Western Aquifer*.

livremente, como instituído no acordo assinado. Com base no contexto histórico da questão, se Israel vir negado/privado esse direito a usar livremente os recursos hídricos, pode partir para a guerra com o Estado egípcio.

Com base nesta análise, é visível que a privação de recursos hídricos (seja por razões de sobrevivência ou razões económicas), em conjunto com outros fatores políticos, sociais ou económicos pode contribuir fortemente para um conflito armado entre as partes.

Capítulo 3 – A importância dos recursos hídricos e a sua influência no Médio-Oriente

Como foi possível constatar da análise anterior, as relações entre estes países no que diz respeito à água nem sempre têm sido amistosas ou pacíficas. Com Israel como principal ponto de conexão entre Egito, Síria e Palestina, estes três últimos têm, na maior parte das vezes, saído a perder das interações e negociações entre as partes aos mais variados níveis.

Este capítulo tem como objetivo analisar a situação atual no que diz respeito aos recursos hídricos. Irá também, baseando-se na opinião pessoal e fundamentada da autora, analisar como poderão ser as relações entre os quatro países no futuro em relação à água (cooperação ou conflito).

3.1. As relações Israel-Egito, Síria e Palestina em relação aos recursos hídricos

3.1.1 - Egito

De todos os atores envolvidos, as relações entre Israel e Egito são as mais cordiais, embora sejam consideradas como frias e com alguns momentos de tensão. Desde 1978/1979 (acordos de *Camp David* e consequente tratado de paz) que os países se encontram em paz, tendo o Egito retomado o controlo sobre a península do Sinai, estreito de Tiran e Golfo de Aqaba em troca do reconhecimento do Estado de Israel. Hedayat Abdel Nabi, antiga consultora da ONU, defende que o tratado de paz israelo-egípcio é 95% irreversível (Gruen, s.d: 14), o que leva a crer que muito

difícilmente as duas partes voltem a entrar em conflito armado. Isto traduz-se nas suas ações em relação à água.

Após os acordos de *Camp David* (e conseqüente tratado de paz), foi desenvolvido o *Middle East Regional Cooperation* (MERC), que visava a cooperação Israelo-Árabe, estando em vigor até ao presente dia. Este acordo veio dar um impulso bastante grande à colaboração entre os dois países, principalmente no que diz respeito à água (Kumar e Rosenthal 1997: 2-4). Podemos afirmar que, neste momento, a situação atual é de cooperação. Israel fornece tecnologia de irrigação ao Estado árabe, que por sua vez permite que o Estado judaico consiga (futuramente) obter quotas de água do rio Nilo, além de conseguir mais facilmente ter acesso aos projetos desenvolvidos nos países que partilham o rio, usando a sua influência para assegurar os seus interesses (Lahham *et al*, 2011: 2).

As mudanças políticas no Egito em 2011 fizeram com que voltasse a desenvolver-se alguma preocupação em relação ao futuro das relações israelo-egípcias, pois deixou de existir uma estratégia de cooperação totalmente definida entre as partes, podendo levar a uma mudança na situação de cooperação e provocando um conflito (Kam, 2012: 151-157). No entanto, após as mais recentes transformações a nível político no Estado árabe (em 2013), que derrubou Mohammed Morsi (presidente do Egito e membro da Irmandade Muçulmana, oposta ao Estado judaico), considera-se que as relações Egito-Israel podem melhorar. A hipótese de uma nova guerra entre os dois Estados foi afastada, dado que o Egito se encontra numa posição fragilizada atualmente (Times of Israel, 2013).

Em resumo, as relações atualmente de cooperação podem continuar se existir continuação de um bom entendimento entre as partes ou podem transformar-se em conflito se houver algum tipo de transformação negativa (aumento da poluição dos recursos hídricos; disputa política; diminuição dos recursos hídricos; outros relacionados), tal como explicitado ao longo desta dissertação, não podendo, então, excluir-se essa hipótese.

3.1.2 – Síria

A situação entre a Síria e Israel, embora não se conheça há algum tempo um conflito mais ativo entre as duas partes, continua por resolver. Não existe uma paz efetiva e estabelecida e a qualquer momento pode rebentar uma nova escalada no conflito. Os Montes Golã (onde existem importantes recursos hídricos), situados em território sírio, continuam no centro da animosidade entre as partes. Israel controla 75% dos Montes Golã, ocupação não aceita pela ONU e considerada ilegal pelo direito internacional, fornecendo-lhe 30% do total dos seus recursos hídricos. (Dajani, 2011: 7-8). Embora o conflito israelo-sírio não esteja tão enraizado e não seja tão complexo como o do seu vizinho israelo-palestino, continua a ser sensível no que diz respeito a territórios disputados, neste caso, os Montes Golã. O Estado sírio recusa um processo de paz enquanto o território dos Golã ocupado por Israel não for devolvido à Síria, território esse anexado unilateralmente pelo Estado judaico em 1981 (Dajani, 2011: 12). Israel, por sua vez, recusa abdicar do território referido, devido à sua importância em termos de recursos hídricos. Os israelitas poderão até abdicar de território nos Golã onde não exista água, ficando com aquele onde esta existe, priorizando assim o poder sobre a água invés do poder sobre o território. O Estado

sírio reage a esta questão afirmando que todo o território dos Montes Golã pertence à Síria, inclusive a água, recurso indispensável ao Estado (Dajani, 2011: 11-12). Em 1999-2000, na primeira vez que se conseguiu desenvolver um acordo que atendia a (quase) todas as exigências, este ficou bloqueado devido a este impasse (Ma'oz, 2005: 1). É flagrante a influência que os recursos hídricos têm no decorrer do conflito entre o Estado israelita e o Estado sírio.

Israel controla então os recursos hídricos situados nos Montes Golã, usando-os de acordo com os seus interesses e necessidades do Estado. Como tal, a Síria acaba por não ter poder sobre uma boa parte dos recursos, levando a que sofra de situações de escassez de água. Também o facto de Israel destruir propositadamente fontes de água ligadas à exploração e desenvolvimento agrícola, o que ajuda a piorar a situação do Estado sírio (ONU, 2012: 37)

Aquando da ocupação, Israel instalou diversos tipos de armas (inclusive radioativas) nos Montes Golã. Todos os resíduos resultantes dessa instalação foram lançados em águas destinadas à população síria, causando diversos problemas de saúde e danificando diversos recursos hídricos (como poços e águas subterrâneas). Esta situação dura até hoje, com Israel a lançar diversos resíduos na água sem qualquer tipo de cuidado para com os sírios que se encontram no território ocupado (OMS, 2012: 3).

Há a percepção da existência de privação por parte da população síria em relação à população israelita. Os sírios têm conhecimento da situação em que se encontram (escassez, cortes no fornecimento de água, entre outras) e acreditam ter direito ao mesmo tratamento que é dado aos israelitas no seu território. Isto leva a um

mal-estar entre sírios e israelitas, sendo que os primeiros que se encontram no território ocupado rejeitam a possibilidade de obterem passaporte e cidadania israelita (ficando assim ostracizados) (OMS, 2012: 3). A população síria rejeita veementemente fazer parte de Israel e o Estado judaico também mantém a sua animosidade contra os sírios. No entanto, enquanto não existir uma paz efetiva entre os dois Estados, esta normalização de tratamento e relações entre eles não irá mudar. Para que isto aconteça, e para que exista uma paz efetiva, é necessária a entrega do território sírio ocupado, algo que Israel nunca esteve nem está disposto a fazer ou o desenvolvimento de um acordo que beneficie ambos, algo que até hoje não foi possível.

Finalmente, o recente conflito civil dentro do Estado sírio veio colocar Israel em alerta, devido à probabilidade de mudança de governo. Esta transformação pode levar a um aumento das hostilidades em relação aos recursos hídricos e à ocupação dos Montes Golã, algo que pode prejudicar as reservas de água israelitas (Asseburg, 2012: 84-85). No entanto, e mesmo com a continuidade do atual governo sírio, existe a ameaça de um novo conflito. O presidente da Síria, Bashar al-Assad, veio a público afirmar que existe pressão por parte da população para que se abra uma nova frente ofensiva nos Montes Golã contra Israel, de modo a recuperar o território perdido (Público, 2013).

4.1.3 – Palestina

Dos três países analisados no que diz respeito às relações com Israel, a Palestina é aquele que mais ativamente se tem oposto a Israel. Acaba por ser também a parte em que este capítulo mais se foca, devido ao facto de que as relações entre Palestina e Israel serem aquelas que atualmente mais relevância têm no conflito

Israelo-Árabe, embora não ostracizando a análise relativa ao Egito e a Síria. Ocupado pelo Estado judaico desde 1967, o Estado palestino não detém os mesmos direitos que Israel relativamente ao uso e gestão da água.

Atualmente, Israel usa 90% dos recursos hídricos palestinos para seu uso próprio, deixando, desta forma, apenas 10% para a população palestina, contrariando assim os tratados assinados¹⁴, o que leva a que os palestinos disponham apenas de 70 litros de água *per capita* por dia (desrespeitando as recomendações da Organização Mundial de Saúde, que aconselha 100 litros de água *per capita* por dia) enquanto que os israelitas dispõem de 300 litros de água *per capita* por dia (Palestinian Water Authority, s.d.: 4). Esta situação leva a que os palestinos tenham de racionar o uso dos seus recursos hídricos (principalmente no verão, quando recebem água apenas por algumas horas), ao passo que os israelitas (incluindo aqueles que vivem em colonatos em territórios palestinos – considerados ilegais à luz do direito internacional (Amnistia Internacional, 2009: 51) não sofrem com estes cortes de água. Uma estimativa de nove mil israelitas residentes nos colonatos instalados nos territórios palestinos consomem o equivalente a um terço da água destinada a dois milhões e meio de palestinos a viver na Palestina (Palestinian Water Authority, s.d.: 6), o que torna visível a dimensão do problema.

A situação atual das relações dos países não é apenas afetada pela quantidade de água destinada à população palestina mas também devido à (falta de) qualidade da mesma. Os recursos hídricos são poluídos por várias razões, nomeadamente em virtude de resíduos industriais e águas residuais não tratadas que vão diretamente

¹⁴ Ver páginas 36-37.

para os vales provenientes dos colonatos e postos militares israelitas; águas residuais domésticas da comunidade palestina (devido ao facto de terem sido impedidos de construir as suas estações de tratamento próprias) e uso de químicos poluentes devido ao lançamento de resíduos sólidos não autorizados (Palestinian Water Authority, s.d.: 5-6). Também a extração excessiva dos aquíferos (principalmente do aquífero costeiro) está a limitar a quantidade e qualidade (através da salinização da água doce) dos recursos hídricos disponíveis, prevendo-se o colapso da parte meridional do aquífero em 2020 (Palestinian Water Authority, s.d.: 6), o que irá afetar ainda mais a quantidade dos recursos hídricos. Devido a estes problemas, menos de 10% da água disponível cumpre os requisitos para ser considerada água potável, afetando assim a saúde da população palestina através do uso direto (beber água, por exemplo) ou indireto (através da irrigação na agricultura) dos recursos hídricos contaminados (Palestinian Water Authority, s.d.: 7).

Acrescendo ainda às relações Israel-Palestina no que diz respeito à água, existe ainda outra situação flagrante de abuso de poder por parte do Estado judaico (como tem vindo a ser demonstrado ao longo desta dissertação) em relação ao Estado palestino. Israel tem vindo a desenvolver uma política de demolição de infraestruturas hídricas palestinianas (tais como poços e estruturas de irrigação), considerando-as ilegais (pois muitas são construídas sem autorização israelita – que demoram muito tempo a chegar ou que nunca chegam Palestinian Water Authority, s.d.: 10), embora Israel afirme o contrário – que tem aprovado e desenvolvido infraestruturas com os palestinianos no seu território (Water Authority, 2009: 5-6)). Isto leva a que os palestinianos fiquem sem acesso a uma rede hídrica e que tenham

de comprar água ao Estado israelita a preços bastante altos (chegando a gastar 8% do seu rendimento mensal em água (Palestinian Water Authority, s.d.: 7).

Tendo sido estabelecida a quota de 118 Milhões de metros cúbicos (MCM) para os palestinianos através dos acordos de 1995 (Oslo II - *Interim Agreement on the West Bank and the Gaza Strip*), definição que deveria durar apenas 5 anos, até hoje está em vigor, embora a Palestina apenas usufrua de aproximadamente 120 MCM. Israel afirma que esta situação acontece por mútuo-acordo, enquanto que o Estado palestiniano afirma não concordar com a quantidade alocada à Palestina pelos israelitas, devido ao facto da população ter duplicado desde 1995 (Palestinian Water Authority, s.d.: 9).

Também o muro de separação construído pelos israelitas em 2004 fez com que as relações no que diz respeito aos recursos hídricos entre os dois países se deteriorassem. O muro veio arruinar muitas fontes de água assim como dificultar (e muitas vezes impedir) o acesso a estas fontes. O muro, que além de anexar território palestiniano de forma ilegal, anexou também redes e fontes de água, além de terras destinadas a agricultura bastante importantes, situadas por cima do aquífero do ocidente¹⁵, sendo das zonas mais produtivas de todo o Estado palestiniano. Este muro veio pôr em causa o próprio desenvolvimento económico e social do Estado da Palestina, devido ao impacto (negativo) que provocou nos recursos palestinianos (Emergency Water, Sanitation and Hygiene group – EWASH, 2011: 14-15).

¹⁵ Western Aquifer

Por fim, ainda se encontra em funcionamento o Comité Conjunto da Água (*The Joint Water Committee*), formado por igual número de israelitas e palestinianos. Desde a sua criação em 1995 através do artigo número quarenta dos acordos de Oslo II (*Interim Agreement on the West Bank and the Gaza Strip*), o comité tem tido a função de proteger, regular e aprovar todos os projetos relacionados com os recursos hídricos da Palestina e todos aqueles partilhados com Israel. Todas as suas decisões têm de ser tomadas por consenso. Embora tenha sido com a finalidade de colmatar as diferenças de poder entre o Estado palestiniano e o Estado judaico, o segundo, enquanto parte mais forte, acabou por conseguir moldar o comité de modo a servir os seus interesses no que diz respeito aos recursos hídricos. Na prática é então o Estado israelita que está a exercer o poder dominante. Isto acontece pois o processo de licenciamento relativo a infraestruturas hídricas necessita de aprovação por parte do governo israelita, dando-lhe assim mais poder no processo de decisão. Israel acaba por conseguir travar o desenvolvimento dessas infraestruturas logo de início. Também o facto de Israel possuir colonatos nos territórios palestinianos (e, como tal, sob administração israelita) faz com que o Estado palestiniano não tenha poder de decisão em relação à área em questão considerada território israelita (Applied Research Institute – ARIJ, 2012: 12-14). Esta situação leva a que o Estado israelita consiga dominar a área referida não só em termos de território mas também em termos de recursos hídricos, sem ter de passar pelo comité, pois está a gerir, teoricamente, território israelita.

Em resumo, a situação respeitante às relações israelo-palestinianas não é a melhor. A Palestina acredita que tem direito a obter os recursos hídricos que lhe foram confiscados por Israel, assim como acredita que deveria obter uma rede de água

estável em qualidade e quantidade. O Estado israelita, por sua vez, acredita que alocou recursos hídricos suficientes para a Palestina, estando em cumprimento com o tratado de 1995 (Oslo II - *Interim Agreement on the West Bank and the Gaza Strip*), defendendo que a baixa qualidade e quantidade se devem à ação palestina e não à ação israelita.

A questão da água acaba, portanto, por influenciar as outras áreas de relacionamento entre israelitas e palestinos, devido a importância que assume na região. A questão continua a ser sensível, sem existir uma previsão de quando o assunto será efetivamente resolvido.

3.2. O futuro das relações: cooperação ou conflito? – Cenários e Soluções

O futuro das relações entre as partes ainda é uma incógnita e, perante os desenvolvimentos acima analisados pode resultar tanto em conflito como em cooperação. No entanto, com base num artigo publicado pela UNESCO (2013: 4), a tendência para problemas relacionados com a água é a de cooperação, tendo este tipo de relações ultrapassado as relações de conflitualidade por mais do dobro desde 1945 até aos dias de hoje – 509 relações conflituosas e 1831 de cooperação (Heywood, 2012: 13). Em relação aos estudos de caso analisados nesta dissertação, dois deles encontram-se dentro das relações conflituosas (Síria-Israel e Palestina-Israel) e um deles encontra-se dentro das relações de cooperação (Egito-Israel). Justifica-se o facto de poder existir cooperação depois do conflito pela questão da sustentabilidade do mesmo. No entanto, o facto de existirem mais relações de cooperação do que de conflitualidade não invalida o argumento apresentado e, certamente, não pressupõe

que todos os assuntos relacionados com a água levarão à cooperação. Para que essa cooperação aconteça, tem de faltar um dos fatores que levam ao conflito, enumerados nesta dissertação ou tem de existir a vontade de ultrapassar esses fatores. A cooperação em relação à água pode ajudar a resolver os conflitos previamente existentes (UNESCO, 2013: 11), mas não existem provas de que os conflitos se transformarão em relações de cooperação. Não obstante, para uma análise imparcial e fundamentada, é relevante analisar ambos os cenários: cooperação e conflito.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que, para o desenvolvimento de um cenário devidamente fundamentado e imparcial é necessário que estejam presentes cinco pontos: primeiramente é preciso caracterizar a situação actual nomeadamente o estado dos recursos a serem analisados; em segundo lugar é necessária a identificação dos fatores e processos-chave que influenciam o estado desses mesmos recursos – como por exemplo a estrutura demográfica ou mudanças climáticas - e os desenvolvimentos e variantes que estes podem tomar; em terceiro lugar, é preciso fazer a soma dos dois pontos anteriores, interligando-os; em quarto lugar é preciso desenvolver uma imagem do futuro, onde se inclua a consequência final do problema a ser analisado; por último, o cenário deve ser construído e desconstruído através de diversas dimensões críticas (UNWWAP, 2009: 3-4). Os cenários aqui apresentados passaram por este processo. A figura 4, em anexo, mostra o possível processo de desenvolvimento de um cenário em relação à escassez de água.

Existem quatro benefícios que resultam dos vários tratados que envolvem questões relacionadas com recursos hídricos. Em primeiro lugar, obriga a que haja uma utilização mais eficiente da água, criando um uso sustentável da água (podendo levar,

até, a uma diminuição do nível de poluição), pois os recursos são bastante importantes para as duas partes; em segundo lugar, reduz os custos referentes aos recursos hídricos, pois fornece abertura à diminuição da militarização (consequência da necessidade anterior de proteger os recursos); o terceiro benefício consiste na mudança de visão em relação aos recursos hídricos partilhados (vai existir um uso muito mais virado para o que os envolvidos podem ganhar em cooperarem – seja por forma de contrapartidas ou outros) e, finalmente, o benefício final que resulta deste tipo de tratado é que este obriga a um entendimento maior entre as partes, de modo a existir benefício para os envolvidos, além de desenvolver confiança, o que pode levar à resolução de outros problemas entre os envolvidos (Heywood, 2012: 20-21), o que no caso em questão pode levar ao fim do conflito israelo-sírio e israelo-palestiniano, além de assegurar a continuidade das relações entre Israel e Egito. No caso das relações entre Israel e Síria obrigaria a que, eventualmente, o Israel devolvesse o território dos Montes Golã ao Estado sírio, com a contrapartida de conseguir aceder à água lá existente. Isto obrigaria a uma cooperação entre as duas partes, de modo a não voltar à situação de conflito anterior e de modo a preservar os recursos hídricos para ambos. No caso das relações entre Israel e Palestina, a cooperação em relação à água levaria a uma melhoria da situação palestina (que se encontra sem acesso a diversas fontes de água) com a contrapartida das normalizações das relações entre as duas partes, levando a que Israel não se sentisse tão ameaçado. Finalmente, em relação às relações entre Israel e Egito, a continuidade da cooperação faria com que continuasse a existir paz entre os dois Estados, e eventualmente, a continuação da troca de tecnologia e infraestruturas hídricas, entre outros.

No entanto, embora possa ser um elemento de cooperação, a água, ainda que indiretamente, ajuda a incitar o conflito, quando se encontra na situação de escassez. O conflito (armado e violento ou não) leva a que apenas uma das partes envolvidas saia beneficiada, obtendo controlo sobre os recursos hídricos desejados; a situação atual entre Israel-Síria e Israel-Palestina demonstra isto claramente, seguindo o argumento defendido ao longo desta dissertação.

Existem então vários cenários traçados para o futuro das relações entre as partes, assim como para as possíveis consequências (negativas e positivas) que daí possam advir. Este futuro pode ser de conflito ou cooperação. No caso da primeira hipótese (conflito), existem diversos cenários, desenvolvidos com base nos pontos já previamente apresentados, que explicitam que a água pode continuar a levar à conflitualidade. O primeiro diz respeito ao aumento do consumo de água devido ao crescimento da população e ao desenvolvimento agrícola e urbano, o que, consequentemente levaria a um aumento do *stress* hídrico, sendo uma questão de *demand-induced scarcity*¹⁶. Este primeiro cenário desenvolveria as condições económicas, sociais e políticas necessárias ao aparecimento do conflito, assim como desenvolveria a perceção da população da sua situação de privação, principalmente se os países vizinhos não sofrerem de igual forma essa mesma privação. O segundo cenário diz respeito à continuação ou desenvolvimento de negligência em relação às redes hídricas existentes, levando a que haja uma diminuição dos recursos hídricos, sendo uma questão de *supply-induced scarcity*¹⁷, e levando, novamente, a um aumento do *stress* hídrico já existente. Este cenário acarretaria o desenvolvimento da

¹⁶ Ver capítulo 1.

¹⁷ *Idem*

privação já vivenciada pela população, podendo também levar ao aparecimento de fatores sociais, económicos e políticos que levassem a uma revolta violenta pela população. Um terceiro cenário seria o falhanço de alguns (ou todos) os processos de cooperação que existem em relação a recursos hídricos partilhados, ao mesmo tempo que as tensões entre os países se mantêm. A continuarem as condições atuais, estes três cenários poderiam levar a um aumento da competição pela água, levando à escalada do conflito entre as partes (Rababa'a, 2012: 19-20) onde já existe uma pré-disposição para tal, sendo uma questão de *structural scarcity*¹⁸ e levando, de novo, a um aumento do *stress* hídrico. Este cenário demonstra que o falhanço da estrutura política, possivelmente em conjunto com outros fatores sociais, económicos e políticos e com a situação de privação poderão levar à escalada do conflito. A correlação entre as dimensões da escassez ambiental (hídrica), *stress* hídrico e a teoria da privação relativa está sempre presente.

No que diz respeito à cooperação, também existem diversos cenários possíveis. Um dos possíveis cenários seria o aperfeiçoamento dos recursos hídricos através da tecnologia, o que levaria a que os Estados não voltassem a sofrer com a escassez de água, levando a que, conseqüentemente, pudesse existir um melhoramento nas relações entre as partes. Esta solução tecnológica passaria pela extensão da tecnologia de dessalinização a todos os países árabes (dado que Israel já a possui), pelo aperfeiçoamento do uso das águas residuais (que podem ser reutilizadas para a agricultura) e pelo melhoramento do processo de reserva da água dos aquíferos e águas superficiais (de modo a evitar ao máximo a evaporação de água) (Wolf e Ross,

¹⁸ *Ibidem*

1992: 948-950). Esta solução poderia levar a uma maior cooperação entre as partes, além de que aliviaria os Estados da sua preocupação constante em relação à escassez de recursos. Um outro cenário que pressupõe cooperação em relação à água é o que diz respeito à degradação dos recursos hídricos. Se a situação atual se mantiver, os recursos hídricos disponíveis irão desaparecer bastante rápido, levando a que se a situação de escassez presente piore. Ao contrário do cenário que defende que esta situação levaria a uma escalada do conflito, este afirma que esta situação obrigaria os países, mesmo contra a sua vontade, a cooperar de modo a evitar a total degradação dos recursos dos quais dependem. Esta necessidade de cooperação poderá ser despertada devido à pressão imposta por protestos sociais da própria população do Estado ou pela pressão de outros Estados (Gallopín e Rijsberman, s.d.: 15-16). Um terceiro cenário que implica a cooperação entre países é aquele onde a água é privatizada. Pressupõe-se que a privatização da água ajudaria a limitar o desperdício dos recursos devido ao preço. É devido também ao preço da água que os países seriam obrigados a cooperar – a água seria muito mais cara em zonas de conflito, levando a que os países estivessem relutantes em partir para a guerra. De ressaltar que este cenário, embora possível, é largamente rejeitado devido a questões éticas e morais (principalmente em relação ao acesso livre à água) (Gallopín e Rijsberman, s.d.: 10-14).

No caso Israel-Egipto, e embora sejam relações consideradas frias, não existe a necessidade de um esforço adicional para manter relações de cooperação entre os dois Estados em relação à água. Estes têm desenvolvido trocas de tecnologia e outros tipos de cooperação em relação aos recursos hídricos. No entanto, para manter estas relações é necessário existir a certeza de que as mudanças políticas no Egito em 2011

não irão afetar as relações diplomáticas entre o Estado judaico e o Estado árabe (Lahham *et al*, 2011: 2).

No caso de Israel-Síria, para que se passe do conflito à cooperação em relação aos recursos hídricos é necessário que a Síria obtenha o território dos Montes Golã perdido em 1967 e acesso regulado à água, assim como é necessário que Israel obtenha a água e acesso regulado ao território (Hof, 2009: 9), significando que a Síria recuperaria o território perdido e algum controle sobre a água (o suficiente para equilibrar as suas reservas) e Israel obteria controle sobre a água e algum controle sobre o território onde esta está situada. Esta situação levaria ao cumprimento das exigências dos dois Estados. No entanto, com base nos impasses de negociações que foram analisados nesta dissertação, esta solução não parece ser viável num futuro próximo.

No que diz respeito a Israel e à Palestina, a normalização das relações de cooperação entre estes passaria pela assinatura de um acordo entre os dois Estados no qual a Palestina pudesse obter poder real sobre os recursos hídricos da Cisjordânia e restantes recursos hídricos situados nos territórios palestinianos (McDermott, 2010: 76), ao mesmo tempo que forneceria a Israel alguma quantidade de água. Também o estabelecimento de uma quota fixa de extração de água do rio Jordão e Yarmouk em favor da Palestina poderia levar à cooperação entre as partes (McDermott, 2010: 76), desde que a necessidade hídrica de Israel não fosse colocada em risco. No entanto, tal como o Estado sírio e com base nos diversos acordos pobremente cumpridos e na evidente falta de vontade em prosseguir com negociações, não se afigura previsível a realização desta solução.

Em resumo, para que haja cooperação em relação à água tem de existir uma abertura política dos quatro países envolvidos e certamente uma mudança de mentalidade em relação aos países vizinhos. Israel, Egito, Síria e Palestina têm de olhar para a questão da água como uma situação que se, a longo prazo, não for adereçada com vontade política, pode levar a que os países acabem por ficar numa situação ainda mais preocupante do que aquela em que atualmente se encontram. A água pode levar a cooperação, mas é necessário que exista uma pré-disposição para tal.

Conclusão

No final desta dissertação é indispensável salientar a importância dos recursos hídricos em todas as suas dimensões, seja para uso doméstico, agrícola, industrial ou comercial. Neste momento, a escassez de água já afeta todos os continentes, mais precisamente cerca de 40% da população mundial. Existe ainda a previsão de que dentro de dezassete anos (em 2030) a população afetada seja de 47% (UN Water, 2012). Com a situação atual, é natural que exista uma maior disputa pelos recursos hídricos, principalmente se estes forem partilhados entre mais de um Estado.

Recorrendo à pergunta de partida desta dissertação - “De que modo os recursos hídricos potenciam e influenciam o conflito Israelo-Árabe?” – e após a análise realizada, conclui-se que os recursos hídricos potenciam o conflito indiretamente no sentido em que a sua escassez agrava tensões já existentes (através de problemas económicos, sociais ou outros), levando, indiretamente a uma escalada desse mesmo conflito, principalmente (de acordo com a teoria da privação relativa de Homer Dixon, explorada nesta dissertação) quando existe a perceção por parte da população ou do próprio Estado de que a situação em que se encontram pode ser minorada (ou terminar totalmente) se tiverem acesso aos mesmos ou mais recursos que outro Estado vizinho usufrui, e aos quais acreditam ter direito. Também a incapacidade (ou muitas vezes a falta de vontade) das autoridades em solucionar problemas já existentes ajuda a que uma disputa por recursos hídricos resulte indiretamente num conflito mais amplo.

Mais pormenorizadamente, de acordo com a teoria de referência nesta dissertação (teoria da privação relativa), a escassez ambiental (neste caso escassez

hídrica), ainda que indiretamente e em conjunto com outros fatores políticos, económicos e sociais, contribui para o desenvolvimento de conflito e instabilidade. A escassez hídrica leva também a uma maior competição entre grupos diferentes, contribuindo, ainda que indiretamente, para a existência de violência entre eles, associando-se, nestes casos, outros fatores (Homer-Dixon e Blitt, 1998: 226). Ainda de acordo com esta teoria, indivíduos e grupos sentem-se numa situação de privação relativa quando se apercebem da diferença (negativa) entre si e outra população ou Estado, levando a que acreditem ter direito aos mesmos ou mais recursos do que o Estado/população antagonista (Glenditsch e Urdal, 2002: 286).

Finalmente, a privação ou a perceção de privação só por si não levam inevitavelmente ao conflito. Para tal, é preciso que existam outros fatores em jogo, como referido anteriormente: a população em causa deve pertencer a um Estado ou grupo (religioso, étnico, de classe ou outros) com capacidade para se mobilizar e levar a cabo uma ação violenta contra a parte antagonista. O grupo tem de estar todo ligado pelo mesmo objetivo. Para além disso, a estrutura política deve falhar (por incapacidade ou falta de vontade) em dar a estes grupos a oportunidade de obterem os mesmos ou mais recursos do que a outra parte na disputa e em dar espaço aos grupos para que expressem os seus problemas sem necessidade de violência - levando a que a reação consequente seja o uso de violência. (Homer-Dixon e Blitt, 1998: 11).

Como explicitado, é necessário que exista uma combinação deste conjunto de fatores para que exista um conflito. Como tal, a água não é um fator direto da escalada do conflito mas em conjunto com tensões já existentes e falta de vontade ou incapacidade da estrutura política pode contribuir para que este se desenvolva.

No caso específico desta dissertação e para melhor ilustrar esta análise foram analisados quatro países do Médio-Oriente – Israel, Palestina, Síria e Egito, países envolvidos no conflito Israelo-Árabe - região onde a escassez de água é flagrante e cada vez mais preocupante. Além disso, este conflito é um dos mais longos em termos de duração, e as suas raízes são bastante profundas e diversas. O conflito como o conhecemos começou em 1917 com a declaração Balfour, que visava a criação de uma zona judaica na Palestina (Adams, 1988: 71). Esta declaração acabou por levar à criação de um estado judaico em 1947, contra a vontade das nações árabes na região, levando ao conflito Israelo-Árabe contemporâneo e mais tarde ignorando o seu objetivo inicial: respeitar os direitos da população árabe já residente na área e a vivência em harmonia de todas as partes (Adams, 1988: 75).

Para efeitos de relevância no que diz respeito aos recursos hídricos, o período analisado nesta dissertação tem início em 1956 e estende-se até aos dias de hoje, com previsões para um futuro a curto e longo prazo. É possível constatar ao longo da dissertação que os recursos hídricos ocuparam e ainda ocupam um papel bastante importante na política interna e externa das partes envolvidas. No que diz respeito à política interna, os recursos hídricos são sempre salvaguardados para serem utilizados eficazmente (traduzindo-se no uso de quotas limite de utilização dentro dos Estados, entre outras medidas); no que diz respeito à política externa, estão sempre incluídos nas diversas negociações e tomadas de ação por parte dos Estados envolvidos.

Conforme a análise realizada ao longo desta dissertação, podemos afirmar que de facto existe *stress* ou escassez ambiental hídrica no território dos Estados analisados. Este *stress* e escassez derivam, maioritariamente, do crescimento

populacional, da economia baseada na agricultura intensiva, de um ecossistema hídrico frágil e de uma distribuição desigual ou ineficiente de recursos, nos casos analisados nesta dissertação (Homer-Dixon e Blitt 1998: 73). Os recursos hídricos intensificam então o conflito Israelo-Árabe devido ao facto desses mesmos serem escassos na região e de existir disparidade na sua distribuição favorecendo Israel em detrimento das três outras partes, tanto em relação à história das relações entre os Estados como em relação à situação das relações atuais.

No que diz respeito então às relações atuais, o Estado egípcio age como “super-protetor” dos seus recursos, devido à história relacionada com a perda destes, nomeadamente a guerra do Suez, aceitando, por isso mesmo, algum tipo de cooperação com Israel (como partilha de tecnologia de irrigação, entre outros), mas sempre pondo em primeiro lugar os seus interesses; a Síria acha-se no direito de obter de volta os recursos localizados nos Montes Golã (estando impedida de conseguir esses recursos), não admitindo nenhum processo de paz com Israel sem esta exigência ser cumprida, o que não aconteceu até à data desta dissertação; a Palestina não tem controlo sobre os recursos hídricos no seu território (estando privada da maior parte destes), sofrendo boicotes por parte do Estado dominante (Israel) e, por fim, Israel não quer partilhar os seus recursos com os vizinhos (pois deste modo perderá os recursos a que acha ter direito), assumindo uma posição de força dominante, tanto sobre a Síria como em relação à Palestina.

A estrutura política não consegue, então, conciliar os interesses dos quatro Estados. Entra, conseqüentemente, a questão da abertura para a ação violenta. A falta de capacidade em monitorizar as ações dos Estados (independentemente da existência

de mecanismos para tal) faz com que exista uma abertura para perpetuar o conflito já existente, levado a cabo devido ao sentimento de injustiça percebido pelas populações afetadas. Existe esta incapacidade pois os Estados não respeitam, muitas vezes, as normas do direito internacional (como é o caso de Israel, que ocupou territórios sírios e palestinos até à data de forma ilegal perante o direito internacional), sendo visível a falta de vontade dos Estados em fornecer uma estrutura política sólida.

Para além de não conseguir eliminar este desrespeito pelas normas internacionais, a ONU não consegue também monitorizar os Estados em causa, não só pela questão do não cumprimento de resoluções, mas também porque existem bloqueios dentro da própria organização que impedem essas resoluções de tomarem forma e condenarem os Estados pelas suas violações ao direito internacional e desrespeito pelas resoluções. São eles o poder de veto no Conselho de Segurança (ONU, 2009: 13), demonstrando então a incapacidade da instituição em controlar as ações dos Estados, tal como explicitado nos capítulos dois e três.

Em conclusão, os recursos hídricos, em conjunto com outros fatores económicos, políticos ou sociais e em conjunto com a incapacidade e/ou falta de vontade da estrutura política em resolver o problema de forma pacífica ou de dar meios para a expressão pacífica do problema levam a um conflito. Como tal, os recursos hídricos são uma causa indireta de conflito. No futuro, ainda não existe a certeza se as relações serão de cooperação ou conflito, sendo tanto um como o outro cenário válido e exequível.

A única certeza existente neste momento é de que os problemas relacionados com recursos hídricos continuarão a aumentar e a afetar muitos Estados, principalmente aqueles que hoje já estão numa situação difícil em relação ao acesso à água. Como tal, o importante a reter desta dissertação é que é necessária uma atuação política eficaz em relação ao problema – a água é de todos e para todos.

Bibliografia

Adams, Michael (1988) "What went wrong in Palestine?", Conferência da PSA nos dias 11 a 14 de Abril de 1998, <http://www.palestine-studies.com/enakba/diplomacy/Adams,%20What%20Went%20Wrong%20in%20Palestine.pdf> [29 de Janeiro de 2013].

Allam, Mohamed Nasr (2007) "Water Resources in Egypt: Future Challenges and Opportunities", *Water International*. Volume 32, nº 2, 205-218.

Alterman, Jon e Dziuban, Michael (2011) "Water: A Middle East Strategic Resource", *Energy and Geopolitical Risk*. Volume 2, nº 1, 7-33.

Amnistia Internacional (2009) "Troubled Waters Palestinians denied fair access to water", <http://www.amnesty.org/en/library/asset/MDE15/027/2009/en/e9892ce4-7fba-469b-96b9-c1e1084c620c/mde150272009en.pdf> [23 de Março de 2013].

Applied Research Institute – ARIJ (2012) "Water resource allocations in the occupied Palestinian territory: Responding to Israeli claims", [http://www.ewash.org/files/library/Water%20resource%20allocations%20\(digital%20view%20document\)%20final\(1\).pdf](http://www.ewash.org/files/library/Water%20resource%20allocations%20(digital%20view%20document)%20final(1).pdf) [15 de Março de 2013].

Asseburg, Muriel (2012) "The Arab Spring and the Arab-Israeli Conflict: A Vicious Circle of Mutually Reinforcing Negative Repercussions", http://www.epc.eu/documents/uploads/pub_1409_academia-egmont_papers_54_u1795_16x24_v2.pdf [23 de Março de 2013].

Barnett, Jon e Adger, Neil W. (2007) "Climate change, human security and violent conflict", *Political Geography*. Volume 26, 639-655.

Brown, Amber e Matlock, Marty D. (2011) "A Review of Water Scarcity Indices and Methodologies", http://www.sustainabilityconsortium.org/wp-content/themes/sustainability/assets/pdf/whitepapers/2011_Brown_Matlock_Water-

Availability-Assessment-Indices-and-Methodologies-Lit-Review.pdf [11 de Novembro de 2012].

Buckwalter, David T. (s.d.) “The 1973 Arab-Israeli War”, <http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/navy/pmi/1973.pdf> [10 de Fevereiro de 2013].

Burgess, J. Peter, Owen, Taylor e Sinha, Uttam Kumar (2009) “Securitizing Water: A Case Study of the Indus Water Basin”, <http://jpeterburgess.com/wp-content/uploads/2010/06/Burgess-Sinha-and-Owen-Water-human-security.pdf> [7 de Abril de 2013].

Centre for economic and social rights (2009) “Thirsting for Justice”, Relatório apresentado na trigésima sessão do comité dos direitos económicos, sociais e culturais da ONU, <http://cesr.org/downloads/Thirsting%20for%20Justice%20-%20Right%20to%20Water%20in%20OPTs.pdf> [11 de Fevereiro de 2013].

Centre for Strategic and International Studies (2010) “Clear Gold: Water as a Strategic Resource in the Middle East”, http://csis.org/files/publication/101213_Alterman_ClearGold_web.pdf [27 de Novembro de 2011].

Comité de Emergência para a Água, Saneamento e Higiene (2011) “The right to water – A policy of denial and forced displacement in the occupied Palestinian territory”, [http://www.ewash.org/files/library/PCHRO_Contribution_to_ENP_Progress_Report_Israel_2012\[1\].pdf](http://www.ewash.org/files/library/PCHRO_Contribution_to_ENP_Progress_Report_Israel_2012[1].pdf) [12 de Dezembro de 2011].

Comprehensive Assessment of Water Management in Agriculture (2007) *Water for Food, Water for Life: A Comprehensive Assessment of Water Management in Agriculture*. Londres: International Water Management Institute.

Conselho de Segurança da ONU (2012) “6790th meeting – Adoption of the agenda: protection of civilians in armed conflict”, <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/POC%20S%20PV%206790.pdf> [2 de Janeiro de 2013].

Conselho de Segurança da ONU (1967) “Resolução nº 242”, <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/240/94/IMG/NR024094.pdf?OpenElement> [10 de Fevereiro de 2013].

Dajani, Muna (2011) “Dry Peace: Syria – Israel and the Water of the Golan”, The Atkin Paper Series, http://www.operationspaix.net/DATA/DOCUMENT/4280~v~Dry_Peace__Syria_Israel_and_the_Water_of_the_Golan.pdf [13 de Fevereiro de 2013].

Departamento de Informação Pública da ONU (2012) “Special committee to investigate Israel practices warns of strategy to severely marginalize Palestinians, maintain permanent suppression, in fourth committee”, <http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/gaspd521.pdf> [2 de Janeiro de 2013].

Donkers, Henk (1997) “Fresh Water as a Source of International Conflicts: The Water Conflicts between Israel, Jordan and the Palestinians” in Brans, Edward H. P. et al (eds.) *The Scarcity of Water: Emerging Legal and Policy Responses*. Londres: Kluwer Law International Ltd, 135-157.

Elhance, Arun P. (1999) *Hydro-Politics in the 3rd World: Conflict and Cooperation in International River Basins*. Washington: United States Institute of Peace.

Emergency Water, Sanitation and Hygiene group – EWASH (2011) “Israel’s violations of the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights with regard to the human rights to water and sanitation in the Occupied Palestinian Territory”, <http://reliefweb.int/report/occupied-palestinian-territory/israel%E2%80%99s-violations-international-covenant-economic-social-and> [15 de Março de 2013].

Estado de Israel (1967) *Israel Military Order No. 58*, emitida em 23 de Julho em Tel Aviv, <http://www.israellawresourcecenter.org/israelmilitaryorders/fulltext/mo0058.htm> [23 de Março de 2013].

Estado de Israel (1967b) *Israel Military Order No. 92 Concerning Powers for the Purpose of the Water Provisions*, emitida em 15 de Agosto em Tel Aviv, <http://www.israellawresourcecenter.org/israelmilitaryorders/fulltext/mo0092.htm> [23 de Março de 2013].

Estado de Israel (1967c) *Israel Military Order No. 158*, emitida em 19 de Novembro em Tel Aviv,

<http://www.israellawresourcecenter.org/israelmilitaryorders/fulltext/mo0158.htm> [23 de Março de 2013].

Estado de Israel (1968) *Israel Military Order No. 291 Concerning the Settlement of Disputes over Titles in Land and the Regulation of Water*, emitida em 19 de Dezembro em Tel Aviv, <http://www.israellawresourcecenter.org/israelmilitaryorders/fulltext/mo0291.htm> [23 de Março de 2013].

Gallopin, Gilberto C. e Rijsberman, Frank (s.d.) "Three Global Water Scenarios", <http://cdi.mecon.gov.ar/biblio/docolec/agua/wwc/secretariatdocuments/three.pdf> [21 de Junho de 2013].

Gleditsch, Nils Petter e Urdal, Henrik (2002) "Ecoviolence? Links between population growth, environmental scarcity and violent conflict in Thomas Homer-Dixon's work", *Journal of International Affairs*. Volume 56, nº1, 283-302.

Gruen, George E. (s.d.) "Hope and Realism between Egypt and Israel", http://worldview.carnegiecouncil.org/archive/worldview/1980/03/3349.html/_res/id=sa_File1/v23_i003_a005.pdf [17 de Março de 2013].

Hammel, Eric (2002) "Sinai air strike: June 5, 1967", *Military Heritage*. Volume 4 nº 2: 68-73.

Herbert-Burns, Rupert (2009) "The Suez Canal: Strategic & Operational Security Realities: Past, Present, & Future", *Strategic Insights: Global Maritime Analysis*. Nº 19, 1-6.

Heywood, Steven (2012) "Diverting the Flow: Cooperation over International Water Resources", <http://www.quno.org/geneva/pdf/economic/Diverting-the-Flow-English.pdf> [17 de Março de 2013].

Homer-Dixon, Thomas e Blitt, Jessica (1998) *Ecoviolence: links among environment, population and security*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, inc.

Hof, Frederic C. (2009) "Mapping Peace between Syria and Israel", <http://www.usip.org/files/resources/mappingpeace.pdf> [23 de Março de 2013].

Júnior, José de Sena Pereira (2004) "Recursos Hídricos: conceituação, disponibilidade e usos", http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1625/recursos_hidricos_jose_pereira.pdf?sequence=1 [13 de Novembro de 2012].

Juusola, Hannu (2012) "Water conflicts in the Middle-East", <http://www.isn.ethz.ch/isn/Digital-Library/Special-Feature/Detail?lng=en&id=153761&contextid774=153761&contextid775=153757&tabid=1453348906> [1 de Novembro de 2012].

Kam, Ephraim (2012) "The Future of the Peace between Israel and Egypt", [http://cdn.www.inss.org.il.reblazecdn.net/upload/\(FILE\)1359899233.pdf](http://cdn.www.inss.org.il.reblazecdn.net/upload/(FILE)1359899233.pdf) [17 de Março de 2013].

Kaisi, A., Al Chayeb, R. e Al Zoughbi, S. (2006) "Water resources in Syria: Management, development and women role", 3ª Conferência Regional Árabe sobre a Água, http://www.gewamed.net/share/img_documents/46_kaisi_&_all_final.pdf [11 de Novembro de 2012].

Kobori, Michael H. Glantz (1998) *Central Eurasian Water Crisis: Caspian, Aral, and Dead Seas*. Nova Iorque: United Nations University Press.

Kumar, Krishna e Rosenthal, Irving (1997) "Scientific Cooperation and Peace Building: A Case Study of USAID's Middle East Regional Cooperation Program", http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PNACD085.pdf [21 de Junho de 2013].

Lahham, Nisreen *et al* (2011) "Egypt's Water Security – Future Vision 2030 Using Delphi Method", http://www.foresight-platform.eu/wp-content/uploads/2013/02/EFB-Brief-No.-252_Egypt's-Water-Security.pdf [17 de Março de 2013].

Liga Árabe (1967) "Resolução de Khartoum", http://www.cfr.org/international-peace-and-security/khartoum-resolution/p14841?breadcrumb=%2Fpublication%2Fpublication_list%3Ftype%3Dessential_document%26page%3D69 [10 de Fevereiro de 2013].

MA'AN Development Center (2011) "Restricted Access and its Consequences: Israeli Control of Vital Resources in the Jordan Valley and its Impact on the Environment Restricted Access", [http://www.ewash.org/files/library/restricted-access\[1\].pdf](http://www.ewash.org/files/library/restricted-access[1].pdf) [12 de Novembro de 2012].

Ma'oz, Moshe (2005) "Can Israel and Syria Reach Peace? Obstacles, Lessons, and Prospects", http://www.bakerinstitute.org/publications/wp_israelsyria.pdf [15 de Março de 2013].

Matthew, Richard (2002) "Environment, Population and Conflict", *Journal of International Affairs*. Vol. 51, nº 1, 235-254.

McDermott, Rose (1998) "The 1956 Suez Crisis", *Risk-Taking in International Politics*. 135-164, Michigan: the University of Michigan Press.

McDermott, Tom (2010) "A Few Thoughts On Water, Trade, And Peace In The Jordan Valley", *Journal of Transboundary Water Resources*. Vol. 1, 69-93.

McDowall, David (1989). *Palestine and Israel: The Uprising and Beyond*. California: University Press.

Mekonnen, M. M. e Hoekstra, A. Y. (2011) "National Water Footprints Accounts", Value of Water – Research Report Series nº 50, <http://www.waterfootprint.org/Reports/Report50-NationalWaterFootprints-Vol1.pdf> [9 de Dezembro de 2012].

Merton, Robert K. (1968) *Social Theory and Social Structure*. Nova Iorque: Free Press.

Morris, Benny (2001). *Righteous Victims: A History of the Zionist-Arab Conflict, 1881-2001*. London: Vintage.

Murakami, Masahiro (1995) *Managing Water for Peace in the Middle East: Alternative Strategies*. Nova Iorque: United Nations University Press.

Monroe, Elisabeth (1963) *Britain's moments in the Middle East*. London: Chatto and Windus.

Nimah, Musa N. (2008) Arab Environment: Future Challenges Arab Forum for Environment and Development (AFED) Report 2008, <http://www.afedonline.org/afedreport/english/book5.pdf> [12 de Novembro de 2012].

Notteboom, Theo e Rodrigue, Jean-Paul (s.d.) "Challenges to and challengers of the Suez Canal", http://people.hofstra.edu/jean-paul_rodrigue/downloads/PT51-11_2.pdf [23 de Março de 2013].

Organização das Nações Unidas (1993) "Declaration of Principles on Interim Self-Government Arrangements", <http://www.acpr.org.il/publications/books/43-Zero-oslo-accord.pdf> [10 de Fevereiro de 2013].

Organização das Nações Unidas (1995) "Interim Agreement on the West Bank and the Gaza Strip", <http://www.unhcr.org/refworld/publisher,ARAB,,,3de5ebbc0,0.html> [10 de Fevereiro de 2013].

Organização das Nações Unidas (2008) *The question on Palestine and the United Nations*. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas.

Organização das Nações Unidas (2009) "Repertory of Practice of United Nations Organs", http://untreaty.un.org/cod/repertory/art11/english/rep_supp10_vol2-art11_e_advance.pdf [2 de Janeiro de 2013].

Organização das Nações Unidas (2010) "Resolução reconhecendo o acesso a água limpa e saneamento como um direito humano", <http://www.un.org/News/Press/docs/2010/ga10967.doc.htm> [10 de Dezembro de 2011].

Organização das Nações Unidas (2012) "The Occupation of the Syrian Golan", The General Assembly fourth committee special political and decolonization, http://www.amun.org/uploads/Handbooks/2012/issues/Issues_Ch4e_GA4.pdf [17 de Março de 2013].

Organização Mundial de Saúde (2012) "Health conditions in the occupied Palestinian territory, including east Jerusalem, and in the occupied Syrian Golan", http://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA65/A65_ID2-en.pdf [17 de Março de 2012].

Palestinian Water Authority (s.d.) "Palestine: The right to water", http://www.pwa.ps/Portals/_PWA/PALESTINE%20right%20to%20water.pdf [11 de Março de 2013].

Patterson, William R. (2009) "Suez Crisis", ODUMUNC 2009 Issue Brief, <http://al.odu.edu/mun/conference/suez.PDF> [30 de Janeiro de 2013].

Público (2013) "Bashar al-Assad pode recandidatar-se nas presidenciais sírias de 2014", <http://www.publico.pt/mundo/noticia/bashar-al Assad-quer-recandidatarse-nas-presidenciais-sirias-de-2014-1595999> [6 de Julho de 2013].

Rababa'a, Ghazi Ismail (2012) "Water Conflict in the Middle East", *International Journal of Humanities and Social Science*. Vol. 2, nº 21, 13-27.

Sanford, Bob e Axworthy, Thomas S. (2012) "The Global Water Crisis: Addressing an Urgent Security Issue", Papers for the InterAction Council, 2011-2012, http://www.inweh.unu.edu/WaterSecurity/documents/WaterSecurity_FINAL_Aug2012.pdf [11 de Maio de 2013].

Scott-Baumann, Michael (2009) *Crisis in the Middle-East: Israel and the Arab States 1945-2007*. Londres: Hodder Education.

Seminário das Nações Unidas para a assistência do povo Palestino (2012) "The economic cost of continued Israeli occupation of the Palestinian Territory; local, regional and international efforts towards mitigating it", <http://unispal.un.org/UNISPAL.NSF/0/2043F877B6BF0018852579E20047B201> [7 de Novembro de 2012].

Segev, Tom (2007) *1967: Israel, the War, and the Year that Transformed the Middle East*. Nova Iorque: Metropolitan Books.

Selby, Jan (2005) "The Geopolitics of Water in the Middle East: fantasies and realities", *Third World Quarterly*. Vol. 26, nº 2, 329 – 349.

Shupe *et al* (1980) "Nationalization of the Suez Canal", *Journal of conflict resolution*. Vol. 24, nº 3, 477-493.

Soczka, Luis (2008) "Caminhos da «eco violência» ", *Análise Social*. Vol. 43, nº1, 133-157.

Southwest Florida Water Management District (s.d.) "What Is an Aquifer?", http://www.swfwmd.state.fl.us/publications/files/flas_aquifers.pdf [13 de Novembro de 2012].

Times of Israel (2013) "Officially silent, Israel privately upbeat over Morsi's ouster", <http://www.timesofisrael.com/officially-silent-israel-privately-upbeat-over-morsis-ouster/> [6 de Julho de 2013].

Türk, Sarah Lorena (2011) "Environmental Risks in Africa: The case of Egypt", <http://www.geema.org/documentos/1316174204H4mGY9nk1la03EW6.pdf> [8 de Fevereiro de 2013].

United Nations World Water Assessment Programme (2009), "Five Stylized Scenarios", *Global Water Futures 2050*, <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/Rio20/images/Five%20Stylized%20Scenarios.pdf> [14 de Maio de 2013].

UN Water (2012) "Statistics: graphs and maps – Water resources", http://www.unwater.org/statistics_res.html [7 de Abril de 2013].

UNESCO (2013) "The key to managing conflict and cooperation over water", *World of Science*. Vol. 11, nº 1, 4-12.

Villiers, Marq de (2001) *Water Wars: Is The World's Water Running Out?*. Londres: Phoenix Press.

Voza et al (2012) "International Water Conflict and Cooperation: The Role of Power Relations among Riparians", *International Journal of Humanities and Social Science*. Vol. 2, nº 11, 56-66.

Washington College of Law (2011) "Legal Updates", *Human Rights Brief*. Vol. 18, nº 3, 42-55.

Water Authority (2009) "The Issue of Water between Israel and the Palestinians", <http://www.mfa.gov.il/NR/rdonlyres/71BC5337-F7C7-47B7-A8C7-98F971CCA463/0/IsraelPalestiniansWaterIssues.pdf> [23 de Março de 2013].

Water Authority (2011) "The State of Israel: National Water Efficiency Report", <http://www.water.gov.il/Hebrew/ProfessionalInfoAndData/2012/04-The-State-of-Israel-National-Water-Efficiency-Report.pdf> [12 de Novembro de 2012].

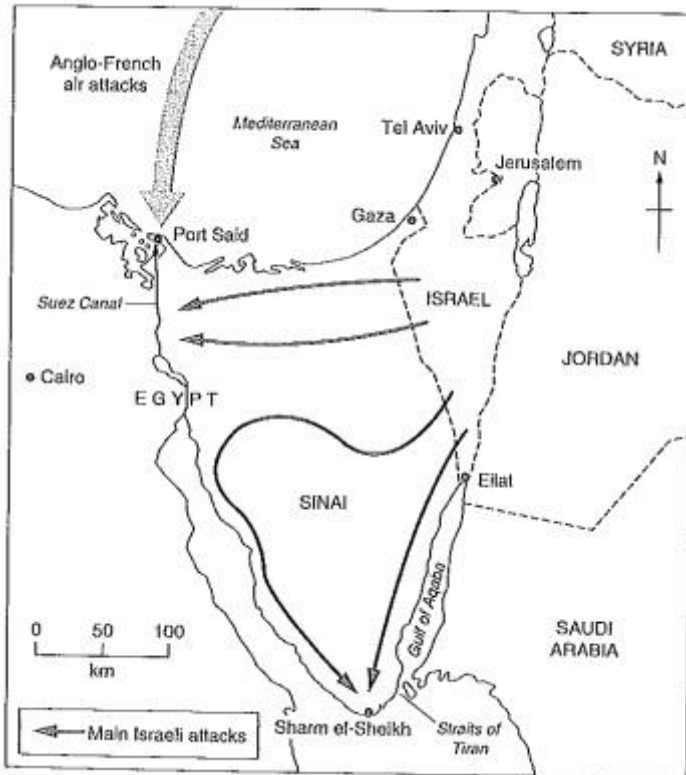
Wolf, Aaron e Hamner, Jesse, (2000) "Trends in Transboundary Water Disputes and Dispute Resolution", *Green Cross International*, <http://www.hidropolitik.hacettepe.edu.tr/middleeast.pdf> [1 de Novembro de 2012].

Wolf, Aaron e Ross, John (1992) "The Impact of Water Scarce Resources on the Arab-Israeli Conflict", *Natural Resources Journal*. Vol. 32, 920-958.

Yaffe, Aharon (s.d.) "The War of Attrition in the "Land of Pursuits": The 1968-1970 War in the Jordan Valley", <http://www.acpr.org.il/English/0907-YaffeE.pdf> [23 de Março de 2013].

Anexos

Figura 1



Fonte: Scott-Baumann, Michael (2009) *Crisis in the Middle-East: Israel and the Arab States 1945-2007*. Londres: Hodder Education.

Figura 2

Date	Israel vs Egypt	Israel vs Syria
Monday 5 June	Israeli planes bombed all 19 Egyptian airfields and wrecked 300 planes. Israeli troops advanced into the Gaza Strip and Sinai desert.	Israeli planes crippled the Syrian air force.
Tuesday 6 June	The Israelis raced the Egyptian forces to the Suez Canal. The Israeli air force destroyed many tanks and other vehicles, while Israeli ground forces destroyed or captured the rest.	
Wednesday 7 June	The Israelis won complete control of Sinai and accepted the UN call for a ceasefire with Egypt.	
Thursday 8 June	Egypt accepted the ceasefire call.	
Friday 9 June		Israeli troops attacked the Golan Heights.
Saturday 10 June		Israelis took control of the Golan Heights. Syria accepted the UN call for a ceasefire.

Fonte: Scott-Baumann, Michael (2009) *Crisis in the Middle-East: Israel and the Arab States 1945-2007*. Londres: Hodder Education

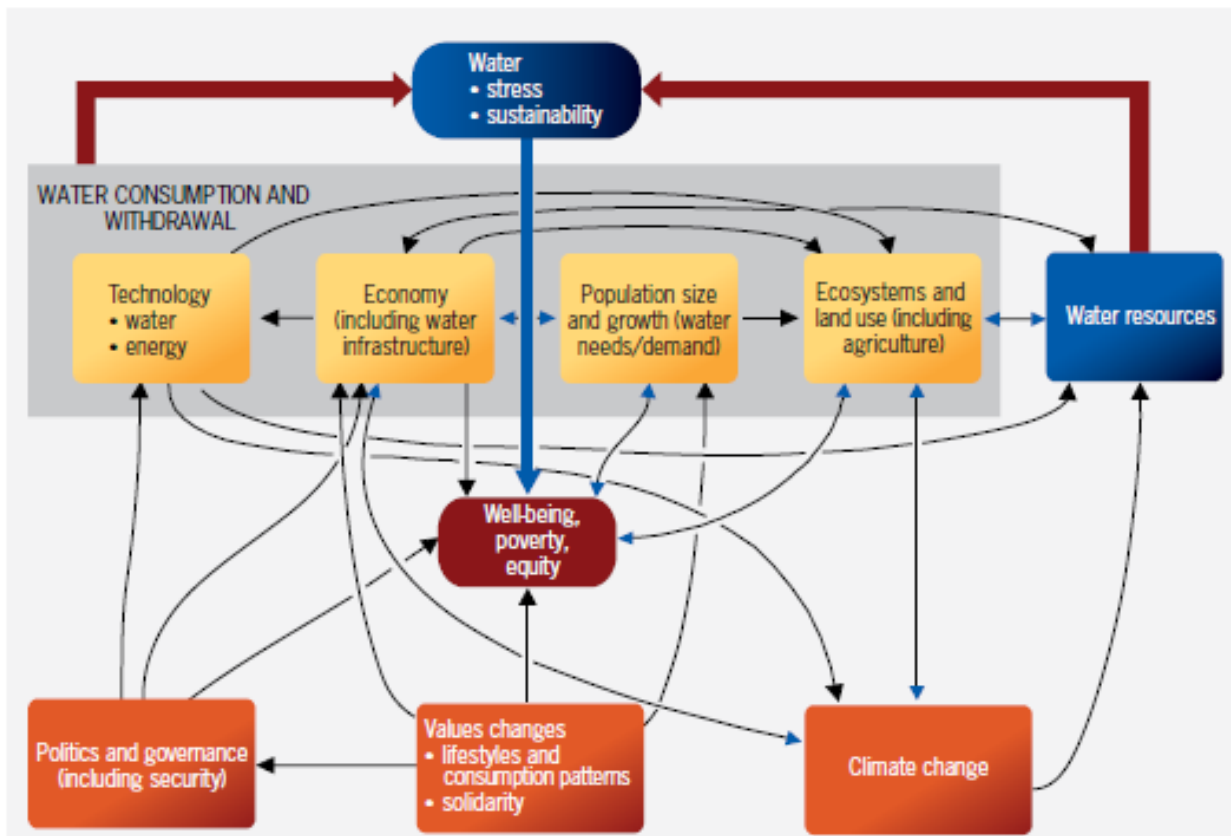
Figura 3

Mountain and Coastal Aquifers



Fonte: Descrita na imagem

Figura 4



Fonte: United Nations World Water Assessment Programme (2009) “Five Stylized Scenarios”, Global Water Futures 2050, <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/Rio20/images/Five%20Stylized%20Scenarios.pdf> [14 de Maio de 2013].